



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CÍCERA LÍLIAN ALVES LOPES**

**EMPREGADAS DOMÉSTICAS: EXPERIÊNCIAS  
DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE**

**MACEIÓ  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CÍCERA LÍLIAN ALVES LOPES**

**EMPREGADAS DOMÉSTICAS: EXPERIÊNCIAS  
DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Marina Félix de Melo.

**MACEIÓ  
2018**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

L884e    Lopes, Cícera Lílian Alves.  
          Empregadas doméstica: experiências do exercício da atividade / Cícera Lílian  
          Alves Lopes . – 2018.  
          189 f.: grafs., color.

          Orientador: Marina Félix de Melo  
          Coorientador: Wendel Fiches Teixeira Assis.  
          Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.  
          Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.  
          Maceió, 2018.

          Bibliografia: f. 85-88.  
          Apêndice: f. 89.

          1.   Empregadas domésticas. 2. Mercado de trabalho – Participação da mulher.  
          3.Aspectos econômicos. 4. Migração. I. Título.

CDU: 316.334.22

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

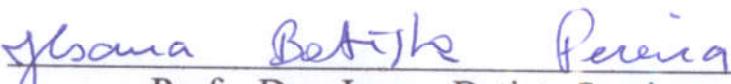
**CÍCERA LÍLIAN ALVES LOPES**

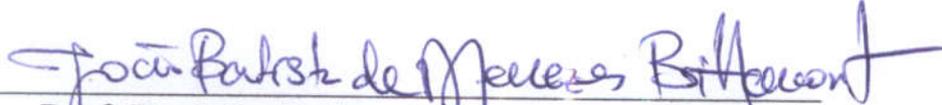
**EMPREGADAS DOMÉSTICAS: EXPERIÊNCIAS DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marina Félix de Melo  
(Presidente/Orientadora – PPGS UFAL)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Jesana Batista Pereira  
(Examinadora Externa, Programa de Pós-Graduação em Sociedade,  
Tecnologia e Políticas Públicas, UNIT)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt  
(Examinador Interno, PPGS UFAL)

Maceió, AL 9 de março de 2018

## RESUMO

A presente dissertação objetiva compreender as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres migradas do interior para a capital de Alagoas. São investigadas as rotinas e experiências do exercício da atividade a partir do auto reconhecimento que estas mulheres têm a respeito de si e do papel social que carregam. Partiu-se da hipótese de que as motivações que impulsionam a migração são o aspecto econômico, a dimensão do status social positivo por meio do reconhecimento jurídico do trabalho e a oposição à identidade camponesa. A hipótese de trabalho se confirma parcialmente, posto que outros fatores surgem em campo substanciando a presente pesquisa. Realizou-se entrevistas como técnica de coleta principal e a análise de conteúdo como técnica de análise. Nas entrevistas, empregadas domésticas narram sobre o cotidiano laboral de suas funções e relatam as distâncias e aproximações vivenciadas nas relações com a/o contratante, perpassando aspectos ligados às estratificações de classe, gênero etc. A questão do gênero debate o subemprego feminino, a subestimação das práticas exercidas no âmbito produtivo e o serviço típico de mulheres. Em um segundo momento é abordado como as empregadas domésticas se auto reconhecem socialmente a partir das atividades que desempenham. Nesse ponto, trata-se do preconceito que estigmatiza a categoria de trabalho. São descritas experiências desde humilhações sofridas até a ocultação da ocupação com vista a negar o pertencimento à categoria profissional. Os relatos mostram também a situação de pobreza enfrentada no interior de onde são oriundas e a necessidade que impulsionou a migração para capital do Estado de Alagoas. Contextualizam-se aspectos históricos e políticos que colaboraram para a situação atual do emprego doméstico. Os entraves e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a migração são compreendidos a partir das narrativas que relatam a escolaridade como principal aspecto para a falta de opção em outra categoria de trabalho.

**Palavras-chave:** Empregada doméstica; Migração; Auto reconhecimento.

## ABSTRACT

The present master's thesis aims to understand the motivations for the activity of housemaid of women migrated from the countryside to the capital of Alagoas, a Brazilian state. The routines and experiences of the housemaid exercise of the activity are investigated from the self-recognition that these women have about themselves. The main hypothesis is the motivations that drive migration are the economic aspect, the dimension of positive social status through legal recognition of job and the countryside opposition identity. The main hypothesis is partially confirmed because other factors appear along empirical research. Interviews were conducted as the main collection technique with the content analysis. Along the interviews, housemaid narrate about the daily work of their functions and report the distances and approximations experienced in the relations with the contractor, the boss, crossing aspects related to the stratifications of class, gender etc. The issue of gender discusses female underemployment, the underestimation of practices in the productive sphere and the typical service of women. In a second moment it is approached how the domestic maids recognize themselves socially from the activities that they perform. At this point, it is the prejudice that stigmatizes the category of job. Experiences are described from humiliations suffered to the occultation of the occupation in order to deny the professional category. The reports also show the situation of poverty faced in the countryside and the need that has driven the migration to Maceió-AL. Historical and political aspects, considered in the analysis, have contributed to the current situation of domestic employment. The barriers and the possibilities of insertion in the labor market after the migration are understood from the narratives that report the schooling as main aspect for the lack of option in another category of work.

**Keywords:** Housemaid; Migration; Self-recognition.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                          | <b>7</b>  |
| <b>CAP. 1.....</b>                                                                                               | <b>11</b> |
| <b>“LAVA LOUÇA TODO DIA, QUE AGONIA”: O EMPREGO DOMÉSTICO .....</b>                                              | <b>11</b> |
| 1. 1. Características da Presente Investigação Sociológica.....                                                  | 11        |
| 1. 2. Caracterização do Objeto: As Empregadas de que Falamos .....                                               | 12        |
| 1. 3. Empregadas Domésticas e o Circuito de Reprodução da Ocupação .....                                         | 15        |
| 1. 4. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho.....                                                         | 21        |
| 1.5. Serviço Doméstico e Relações de Gênero .....                                                                | 24        |
| 1. 6. Considerações Sobre a Migração.....                                                                        | 27        |
| 1. 7. Retrato da Região em Números .....                                                                         | 32        |
| <b>CAP. 2.....</b>                                                                                               | <b>36</b> |
| <b>IDENTIDADES DOMÉSTICAS.....</b>                                                                               | <b>36</b> |
| 2.1. Estigmatização em Erving Goffman.....                                                                       | 36        |
| 2.2. Perfil do Grupo Investigado.....                                                                            | 42        |
| 2.3. Identidades e Metamorfoses: Estigmatização do Trabalho de Campo e Estigmatização do Trabalho Doméstico..... | 46        |
| <b>CAP. 3.....</b>                                                                                               | <b>52</b> |
| <b>EXPERIÊNCIAS DO CUIDAR DO LAR DE OUTREM: PROBLEMATIZANDO O EMPREGO DOMÉSTICO.....</b>                         | <b>51</b> |
| 3.1. Atividade Doméstica e Contextos de Auto Reconhecimento .....                                                | 67        |
| 3.2. Trajetórias Formativas: Migração e Fixação .....                                                            | 73        |
| 3.3. Representações de Empregadas Domésticas na Vida Artificial do Facebook.....                                 | 76        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                            | <b>82</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                          | <b>85</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>                                                                                            | <b>89</b> |

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse trabalho é investigar as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres migradas do interior para a capital de Alagoas. Para atingir esse objetivo, o trabalho segue quatro objetivos específicos: analisar dimensões analíticas como idade, renda, escolaridade, função familiar, dentre outras que compõem o perfil da empregada doméstica migrada do interior para a capital de Alagoas; compreender como as empregadas domésticas se auto-reconhecem socialmente a partir das atividades que desempenham; estudar a rotina das empregadas domésticas, visando identificar as vantagens de ser empregada doméstica em Maceió-AL de acordo com a auto-representação que estas mulheres têm das atividades que desempenham; entender o que leva as mulheres oriundas do interior a migrarem para a cidade e se inserirem na função de empregada doméstica.

O recorte do *corpus* de análise consiste em dez empregadas domésticas mensalistas de origem rural que migraram para a capital alagoana, Maceió. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas. Por motivos diversos, as entrevistadas em profundidade não são todas as mesmas que responderam ao questionário, por isso no capítulo seguinte serão apresentados novos dados sobre o perfil das entrevistadas em profundidade.

A pesquisa descreve quem é a empregada doméstica que veio da zona rural e foi inserida no mercado urbano, assim como apresenta os motivos pelos quais levaram o deslocamento para o centro urbano. Busca, com isso, evidenciar as problemáticas que movimentam os processos migratórios, os interesses das migrantes e os entraves para conquistar espaço no mercado de trabalho. Para isso, desenvolve a análise do conteúdo de dados qualitativos por meio da categorização do perfil do grupo estudado.

Realizou-se um estudo exploratório com a aplicação de dez entrevistas semiestruturadas para explorar a situação socioeconômica e a dimensão sociocultural, que permite identificar o contexto no qual a trabalhadora doméstica está inserida. Para compreender como elas são, foram respondidas perguntas sobre de onde veio, onde mora atualmente, onde trabalha, qual é a identidade racial, faixa etária, escolaridade, dentre outras questões, as quais elucidam as características predominantes no *corpus*.

A hipótese central a ser investigada diz respeito às motivações principais para o serviço de empregada doméstica da mulher migrada do interior para a capital, o aspecto

econômico, a dimensão do status social positivo por meio do reconhecimento jurídico do trabalho doméstico e a oposição à identidade rural. A análise do conjunto dos dados sobre o emprego doméstico, a mulher no mercado de trabalho, a migração e indicadores sociais de Alagoas auxiliam no entendimento do problema da pesquisa, na motivação da migração feminina seguida da inserção no mercado de trabalho doméstico.

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Maceió, desde 2016 e se estendeu até o ano de 2017. As entrevistas foram registradas em um gravador, a fim de captar o máximo de elementos, atentando-se para os momentos de pausa de reflexão ou dúvida, entonação da voz, expressões de riso ou choro e oscilações das emoções.

No primeiro capítulo é apresentada a definição do objeto de estudo, aspectos históricos do trabalho doméstico, dados a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, problematização da precarização do trabalho doméstico nas relações de gênero, apresentação de fatores que colaboram para a migração e dados sobre a região.

Rodrigues e Vasconcelos (2010) afirmam que o serviço doméstico é uma das atividades que mais atrai a migração do gênero feminino. Busca-se explicar o motivo da inserção na atividade doméstica e não em outras modalidades de serviço. Esse objetivo intercala-se com o primeiro objetivo específico, em razão de que a definição das características do *corpus* contribui para a compreensão do dado em comum que colabora para a inserção do grupo no serviço doméstico. Ao saber quem são as empregadas domésticas estudadas, os aspectos predominantes do grupo, pode-se entender qual o fator que propicia a migração seguida da inserção nessa atividade, ou mesmo qual é o impedimento do exercício em outra atividade.

Dados do IBGE colaboram na compreensão da situação da região e do Estado do campo em análise. A partir do retrato do Estado em informações estatísticas, é possível a observância dos entraves e das possibilidades para o grupo de trabalhadoras domésticas. Ao compreender o processo motivacional do êxodo rural\*, o estudo investiga os fatores que colaboram para a elaboração de estratégias de migração.

O segundo capítulo está dividido em três partes. Primeiramente é abordado o eixo temático do conceito de estigma na teoria de Goffman (2004). Em sequência, serão expostas

---

\* Consiste em um tipo de migração cuja população sai de regiões do campo em sentido à cidade.

as características empíricas das empregadas domésticas migrantes, e os elementos estigmatizados que compõem as identidades das trabalhadoras domésticas. Por fim, será tratada a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) juntamente com as condições específicas da categoria trabalhista pesquisada.

O terceiro capítulo é o capítulo que apresenta o campo de pesquisa. Nele são discutidas as entrevistas que realizamos, de que falaremos adiante, bem como apresentadas características centrais das interlocutoras na tentativa de compreensão e identificação de lógicas de auto reconhecimento e percepções de estimas sociais das empregadas domésticas pesquisadas. Além disso, o capítulo terceiro apresenta como as empregadas domésticas se mostram no universo virtual, a fim de identificar se há nas publicações da rede social Facebook aspectos similares com a categoria social a qual pertencem. Ao estudar a representação virtual do grupo pode-se identificar os compartilhamentos e publicações no site de relacionamentos como uma ferramenta analítica de investigação das pretensões de divulgação de um *self* virtual.

Ao que concerne às técnicas de coleta de dados utilizadas nesta dissertação, estão sendo seguidos os critérios da metodologia qualitativa de entrevista em profundidade de tipo semi-estruturada, na qual o roteiro da entrevista abrange as principais perguntas, embora na medida em que surjam questões específicas, ao longo das narrativas devido o contexto de cada entrevistada, são acrescentadas novas perguntas, como também as perguntas podem ser reconstruídas a partir das respostas apresentadas. Para Manzini (1990) esse método de investigação permite a inserção, de modo livre, de questionamentos específicos e dessa forma as entrevistas não se tornam limitadas pelo roteiro.

Como método de análise foi escolhida a análise do conteúdo, cujo método divide-se em três etapas: a primeira etapa é a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira é a de tratamento dos dados, dividida pelas fases de inferência e interpretação.

Na etapa de pré-análise foi feita a organização do material, a seleção dos documentos e elaboração das hipóteses. Nessa fase os documentos foram classificados em categorias e enumerados. Tendo em vista que as respostas dadas pelas pesquisadas foram variadas, foi de fundamental importância sistematizá-las estabelecendo categorias mediante um agrupamento que seguiu um determinado princípio de classificação. É importante destacar que as categorias

foram mutuamente excludentes, ou seja, organizadas de modo que não foi possível incluir a mesma resposta em duas categorias.

Na exploração do material codificamos os dados. Nesta etapa as informações foram representadas por símbolos a fim de serem adaptadas para análise. Para tornar as informações significativas durante o processo de inferência e interpretação, os dados foram sintetizados de modo a validar os achados de campo. A interpretação teve como fim informar as tendências apresentadas nas entrevistas a partir da análise dos resultados.

Durante o processo de inferência considerou-se que, conforme o título do trabalho expõe, a inserção no mercado urbano na função de empregada doméstica não é ocasionada por um único aspecto, ao contrário, um conjunto de fatores influencia e permite o processo migratório seguido da contratação da mulher no serviço doméstico. Identificar a situação da empregada doméstica no tocante aos fatores que estigmatiza o grupo e como elas se auto reconhecem a partir das atividades que desempenham foram os fios condutores que utilizamos na presente dissertação.

O trabalho doméstico no Brasil tem origem com o fim do período escravocrata, esse fato colabora para a construção de estigmas atribuídos ao grupo. Ainda há a predominância de negras e pardas na atividade laboral de doméstica, antes criadas e atualmente são trabalhadoras. Assim, a categoria profissional sofre em razão de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Além disso, trata-se de uma atividade de cuidado, assistência à família, criação de crianças, trabalho comumente considerado como ocupação subalterna, tarefa realizada majoritariamente por mulheres. Eis mais um fator que conduz à desvalorização social e econômica do trabalho doméstico, pois sabemos que há desvalorização no mercado de trabalho feminino.

Por fim, trata-se de um trabalho exercido, de modo geral, por mulheres sem qualificação profissional. A atividade não é considerada profissão por não exigir curso preparatório. Por isso, a baixa escolaridade do grupo repercute na desvalorização do serviço. Em meio a esse quadro da realidade da representação dos estigmas postos sobre as empregadas domésticas, investiga-se como elas se reconhecem e o motivo de se inserirem nessa categoria de trabalho. Veremos, a seguir, que trata-se de um refúgio para trabalhadoras que desempenhavam duro trabalho no campo e migraram para a capital em busca de melhor qualidade de vida. Encontram no serviço doméstico um meio de subsistência.

## CAP. 1

### “LAVA LOUÇA TODO DIA, QUE AGONIA”: O EMPREGO DOMÉSTICO

#### 1. 1. Características da Presente Investigação Sociológica

O que leva mulheres oriundas de municípios interioranos de Alagoas a se deslocarem para a capital do Estado e se inserirem na ocupação de empregada doméstica mensalista? Visando responder a essa questão, a dissertação investiga as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres que realizaram um fluxo migratório específico de cidades do interior do Estado de Alagoas em direção à cidade de Maceió.

A resposta da problemática exposta se dará por meio do estudo de dimensões analíticas como o perfil social destas empregadas, suas razões para o êxodo rural, o porquê (ou os porquês) da inserção destas mulheres migrantes no serviço doméstico, auto reconhecimento social de trabalhadora doméstica, bem como as lógicas rotineiras que conferem esta atividade.

São debatidos problemas próprios sofridos por tal categoria ocupacional tais como: estratificação social refletida por um baixo desenvolvimento econômico do Estado, dificuldade de acesso à educação da população moradora de áreas rurais, tradição familiar da atividade laboral nas lavouras, migração como busca de melhores condições de trabalho na cidade e o cotidiano da atividade doméstica remunerada nas residências citadinas.

Neste contexto, as estratégias analisadas terão como intuito o êxodo rural enquanto tentativa de melhor satisfazer as necessidades materiais e imateriais da existência de mulheres provenientes do campo. Nos casos estudados foram expostos os critérios que colaboram para o exercício da força de trabalho doméstico na capital alagoana no tocante ao sistema de reprodução histórica da tarefa doméstica exercida por mulheres pertencentes ao grupo social menos favorecido, bem como a condição de trabalho do emprego doméstico.

A importância da pesquisa está em seu potencial de gerar conhecimento científico a respeito de uma relevante questão social, pois, segundo estudo realizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria, em 2010 o trabalho doméstico era a atividade mais exercida pelo grupo de mulheres brasileiras economicamente ativas. A cada seis trabalhadoras brasileiras uma era, no ano do estudo, empregada doméstica.

O Brasil foi apontado como o país com o maior número de empregadas domésticas do mundo e 12,7% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro advêm das atividades domésticas. A categoria representava no ano do estudo 6,9% da população economicamente ativa do País, o que equivale a aproximadamente 6,65 milhões de brasileiras (majoritariamente negras ou pardas).

## **1. 2. Caracterização do Objeto: As Empregadas de que Falamos**

O objeto de estudo desse trabalho, as empregadas domésticas, é definido por Carrieri (2015) como gestoras cotidianas do espaço privado, uma vez que a profissão é caracterizada pela tarefa de cuidado com o ambiente privado onde acontece a vida íntima das famílias. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trabalhador doméstico é toda “pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares” (PNADC, 2014). A Norma Internacional de Classificação das Ocupações se refere às trabalhadoras domésticas como sendo qualquer pessoa que presta serviços típicos das tarefas domésticas, de forma contínua e remunerada, para uma família em residências particulares.

São entendidas como empregadas domésticas, de acordo com a classificação brasileira das ocupações, funções especificadas como cozinheira, governanta, babá, lavadeira, faxineira, motorista particular, enfermeira do lar, jardineira, copeira e caseira. A diarista não exerce atividade contínua no mesmo local de trabalho ou prestando serviço ao mesmo patrão/cliente, por isso, não é classificada como empregada doméstica.

Este trabalho estudará as trabalhadoras mensalistas que exercem função na residência, diariamente, em tempo integral ou parcial. Trata-se de trabalhadoras dos serviços domésticos em geral, CBO 512105. As mensalistas, em análise, podem residir na casa onde trabalham ou não, mas têm como característica a fixação no emprego em uma só residência, embora existam mensalistas que trabalhem também como diaristas nos fins de semanas.

Há cursos profissionalizantes que indicam o modo como executar as tarefas atribuídas à função de empregada doméstica, tais como a tarefa de limpeza dos móveis e aparelhos eletrônicos, polimento de objetos metálicos, limpeza de livros, pisos, paredes, vidraças, cozinhas, louças, mesas, cadeiras, fogões, geladeiras, armários, lavagem de banheiros e etc.

Outras atividades de execução podem ser levar o lixo ao local adequado para coleta, aguar plantas, trocar roupas de cama (lavar, passar e guardar), virar colchão, cozer alimentos, servir e recolher os alimentos da mesa, cuidar de animais domésticos e de crianças, prestar assistências diversas, entre outras tarefas.

Nestes cursos costumam-se classificar as tarefas diárias, as semanais, as quinzenais e as mensais. Estas tarefas ocorrem na prática para além do curso, pois o certificado de qualificação é pouco exigido. Mas, o que realmente interessa nas práticas é saber como são executadas as atividades, com vista a analisar como as domésticas percebem o trabalho executado, já que as práticas variam muito de acordo com as condições das casas em que trabalham e, sobretudo, no que é acordado e executado entre elas e os patrões.

O real interesse desta pesquisa é perceber as subjetividades no desenvolvimento laboral da trabalhadora, não sendo objeto de análise o simples cotidiano, por isso, a investigação volta-se à representação que o trabalho simboliza para essa categoria trabalhista, bem como a auto representação construída na identidade da trabalhadora doméstica.

Estuda-se as empregadas domésticas mensalistas, e não as diaristas, porque o objeto de estudo são as trabalhadoras migrantes, e geralmente, as mesmas necessitam de um emprego que garanta a estabilidade, enquanto o serviço de diarista é de caráter mais eventual, pois ao deslocar-se de uma cidade para outra é imprescindível para a trabalhadora a segurança de um trabalho, o qual viabilize a sua permanência na cidade de destino.

Também vale citar as diferentes formas e configurações da empregada doméstica de carteira assinada cadastradas no e-social<sup>1</sup>, o que não quer dizer que, na prática, estas categorias da regulação do e-social sejam respeitadas nas relações de trabalho. Quando se trata das diferenças entre a legislação e a realidade prática, observa-se as condições de trabalho de modo analógico às pretensões normativas que regulam o trabalho. Embora haja uma lei reguladora do exercício do trabalho doméstico, de modo empírico existe variação na prática cotidiana domiciliar, a qual será considerada nas narrativas.

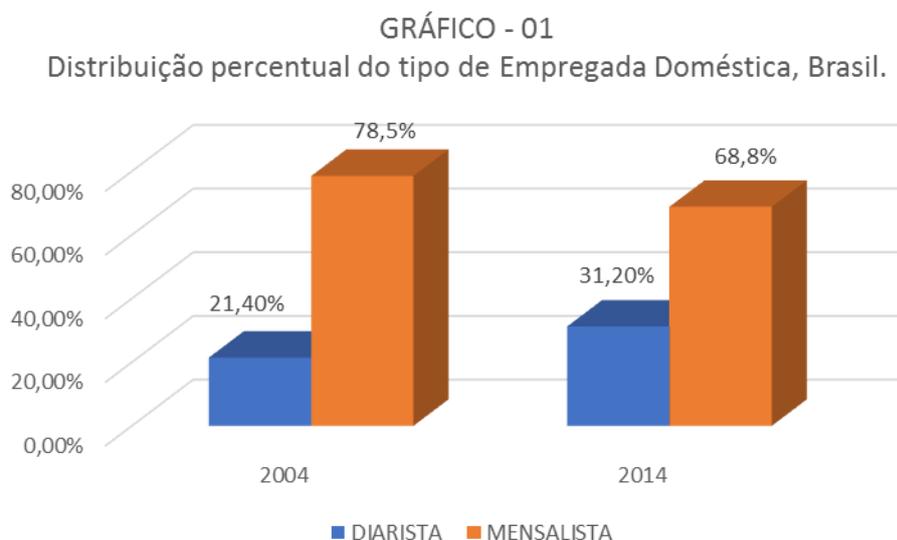
No que diz respeito às características que compõem o perfil das empregadas domésticas, em 2015 o IBGE publicou um estudo sobre os principais destaques do mercado

---

<sup>1</sup> Instituído em 2014, consiste em um projeto do governo federal que tem como função unificar a prestação de informação pelo empregador doméstico por meio de um sistema de escrituração digital que trata das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

de trabalho. No tema emprego doméstico, a investigação mostrou que no ano do estudo havia 1,4 milhão de pessoas empregadas nessa categoria. O grupo era composto majoritariamente por mulheres negras, pobres, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional. Na região Nordeste, em Salvador foi registrado o maior percentual de trabalhadoras domésticas, enquanto na região Sul, a cidade de Porto Alegre apresentou, proporcionalmente, o menor percentual.

A estrutura do trabalho doméstico tornou-se mais complexa a partir do surgimento de novas configurações da atividade. Dados do IBGE demonstram que está diminuindo no Brasil o número de trabalhadoras mensalistas, enquanto está aumentando o número de diaristas, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Fonte dos dados: PNAD 2004 e 2014.

Diaristas não tendem a ter uma rotina fixa de trabalho, uma vez que o cotidiano destas trabalhadoras é diversificado em diferentes domicílios ao longo da semana. Com isso, o nível de intimidade com o ambiente de trabalho tende a ser menor em relação à mensalista e a proposta de flexibilidade de horários pode conferir maior autonomia em relação à distribuição de horas prestadas, caracterizando, aparentemente, certa mobilidade a esta categoria profissional.

Quando comparados os dois tipos de função, percebemos que a diarista tem menor dependência direta da figura patronal, pois o trabalho proporciona a possibilidade de ter vários patrões, além disso, está mais propensa à mudança de domicílio empregado. Vale

ressaltar que a atividade doméstica de diarista pode ser mais lucrativa, tendo em vista a soma dos valores superiores pagos pelas horas de trabalho em comparação ao valor pago às mensalistas.

Fraga (2010), visando justificar o aumento do número de contratação para o serviço de diaristas, argumenta ter ocorrido o empobrecimento da classe média. Como o valor que um empregador paga a uma mensalista é maior do que o valor pago a uma diarista, a opção pela contratação da prestação de serviço diário pode representar alteração no poder aquisitivo da categoria empregadora. Outro fato apontado foi o crescimento no número de residências unipessoais, isto é, com apenas um morador no domicílio. Conforme cresce o número de residência com um único morador, a renda familiar sofre implicações e como consequência há alteração na renda familiar da classe média, que por sua vez repercute na demanda de trabalho do grupo de trabalhadoras domésticas mensalistas.

Além do fator da renda da classe média, deve-se salientar que o contato íntimo no interior do ambiente doméstico, entre a trabalhadora e os patrões, provoca concomitantemente relação de afeto e conflito, conforme Freyre (1995) já mostrava ao interpretar as relações entre escravos e senhores no período escravocrata no Brasil.

Percebe-se, então, que um dos fatores influenciadores na opção pelo serviço de diarista é o incômodo provocado pelo contato íntimo entre duas classes opostas, em virtude das trabalhadoras mensalistas conviverem de modo mais contínuo no ambiente privado do patrão e, por isso, a prestação de serviço transcende a delimitação da relação presente unicamente no âmbito contratual, em virtude da construção paradoxal da relação humana.

### **1. 3. Empregadas Domésticas e o Circuito de Reprodução da Ocupação**

Estudos sobre o trabalho doméstico geralmente enfatizam aspectos históricos da ocupação, precarização das condições de trabalho, estratificação de renda, direitos trabalhistas, desigualdades de gênero, desigualdades de classe, relacionamentos com os patrões, discriminações sociais e etc. Até então, não foi encontrado nenhum trabalho com o objetivo de averiguar o porquê de essa atividade ser o serviço com maior predominância entre mulheres migrantes, cuja análise é construída a partir da subjetividade da entrevistada, com base na percepção e no sentido atribuído por elas ao exercício do trabalho.

Entre as contribuições teóricas que tratam da gênese do trabalho doméstico, encontra-se a obra “Casa Grande & Senzala” de Freyre (1995), o qual ao interpretar a formação cultural, histórica e econômica do Brasil, durante o período escravocrata, retrata o dia-a-dia da vida privada no tocante à intimidade no interior da casa grande, ou seja, o cotidiano das relações no ambiente doméstico.

O autor descreveu dois aspectos extremos da convivência entre os habitantes da Casa Grande e os da Senzala. Se por um lado havia laços afetivos intercambiando os dois mundos, por outro, havia uma dominação voraz. Ao descrever a experiência da ama-de-leite, escrava que amamenta o senhorzinho, Freyre relata que apesar das escravas viverem em meio a uma estrutura simbólica estratificada por cor, classe e gênero, seus antagonismos são “aliviados” pela relação afetiva.

(...) trazemos quase todas as marcas da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa (FREYRE, 1995 [1933], p. 367).

Em “Casa Grande e Senzala” a família é a instituição supra valorizada na formação do Brasil, uma vez que a dimensão pública do país organizou-se pela relação entre a família e o Estado. Conforme as relações familiares seguiam os padrões patriarcais, outras relações sociais reproduziam a dominação de gênero, limitando a atuação da mulher, reclusa na sociedade. Desde esse período, as mulheres foram atribuídas às funções domésticas, enquanto aos homens foram atribuídos papéis sociais externos a casa.

A ocupação de doméstica teve origem após a abolição da escravatura, as ex-escravas tornaram-se em grande parte empregadas domésticas, em razão da necessidade de subsistência, pois a ocupação garantia-lhes moradia e alimento. Além do que não havia alternativas de emprego, assim, tornaram-se livres, embora permaneçam submetidas a condições de exploração correlatas.

Durante o século XIV era reservado ao homem o espaço público, enquanto a mulher era educada com vista a prestar serviço no interior do domicílio, ocupação socialmente considerada adequada baseada na estrutura ocupacional feminina do modelo da época. Observa-se que a delimitação da esfera pública e privada representou a segregação do espaço entre os gêneros, com base na divisão sexual do trabalho como afirmou Carvalho: “havia assim uma noção popular de honra que impelia a mulher a evitar a rua, um espaço masculino

nos códigos patriarcais. Só a pobreza poderia forçá-la a agir diferente” (2003, p. 48). O trecho nos mostra que, historicamente, a pobreza funciona como um motor, o qual impulsiona as mulheres abastardas a deixarem seus hábitos tradicionais na posição de mulher recolhida dentro do espaço doméstico e se lançarem nas ruas da cidade em busca de trabalho.

Destarte, as mulheres brancas corriam o risco de exporem-se ao vexame em razão do inconveniente, de frequentarem a rua porta a fora, uma vez que uma mulher dessa época desejasse ser respeitada pela sociedade, deveria evitar o espaço público. Mas, estar fora de casa viabilizou a socialização e interagir com outras pessoas da sociedade na esfera pública e simbolizou a emancipação da posição feminina, anteriormente cativa dentro do espaço privado.

Tal conquista permitiu a ampliação do horizonte de “liberdade feminina”, conforme facilitou as relações sociais, apesar de estas mulheres estarem ainda sujeitas a rígidas normas de condutas morais. A partir de então, tornou-se mais permissível para elas, a concessão das relações pessoais, afetivas e conjugais, no intento de diminuição das desigualdades de gênero e conseqüente dominação masculina.

Posteriormente à fixação da atividade remunerada de doméstica, iniciou-se o processo de luta por reconhecimento da categoria de trabalho. Conforme foi detalhado por Soares (1988), em um período de nascimento da mobilização das trabalhadoras domésticas que reivindicavam por melhores condições trabalhistas no modo de produção capitalista, desde a década de 1980 elas já eram a categoria mais numerosa de trabalhadoras do País.

Em contrapartida, a inferioridade social do trabalho doméstico foi justificada na noção de que o trabalho doméstico não gera valor de uso, situado no subsetor da prestação de serviço, por isso, o emprego doméstico não tinha naquele período as mesmas garantias trabalhistas do emprego de produção ao mercado.

A luta pelos direitos trabalhistas teve como embasamento ideológico o pensamento de que embora o emprego doméstico não gere lucro em forma monetária, o capital produzido pela força de trabalho doméstico consiste em uma mercadoria peculiar, uma vez que a categoria produz limpeza, segurança aos filhos e alimentação, cujo resultado contribui para a manutenção do modo de produção capitalista através dos cuidados com as casas e famílias de trabalhadores e trabalhadoras, pois a higiene pessoal juntamente com a alimentação colabora com a manutenção da vida daqueles que compõem a mão de obra capitalista.

Com base nisso, a categoria reivindicou salário mínimo, quarenta e quatro horas semanais de jornada de trabalho, folga semanal remunerada, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e direitos previdenciários garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O processo histórico de conquista dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas ocorreu gradativamente. Primeiramente, o Decreto nº16.107 de 1923, ainda no período em que o Código Civil regulava as leis trabalhistas, não fixava uma clara definição do emprego doméstico, pois o documento não distinguia a atividade doméstica exercida no ambiente privado da atividade doméstica exercida em ambientes públicos, tais como hotéis, bares, restaurantes ou consultórios.

Em 1941, o Decreto nº3078 trata da locação dos empregados em atividades domésticas e define que os mesmos são aqueles prestadores de serviços em residências particulares. Entretanto, a lei do trabalho exclui de sua proteção os trabalhadores domésticos, uma vez que o contrato de locação do serviço doméstico depende da simples manifestação da vontade do contratante.

No ano de 1972 ao empregado doméstico foi concedido o direito de férias anuais remuneradas de vinte dias e benefícios de previdência privada, sendo facultativa ao empregador, a contribuição ao Fundo de Garantia. Por outro lado, as gestantes não usufruíam de estabilidade no emprego, visto que a lei dos trabalhadores domésticos nº5.859/72 permitia a dispensa da empregada por ocasião de gravidez, desde a confirmação da gestação até cinco meses após o parto. Além disso, o empregador poderia descontar do salário do empregado o valor do consumo de alimento, gasto com vestuário, higiene e moradia.

A Constituição Federal de 1988 assegurou ao empregado doméstico o direito ao salário mínimo, décimo terceiro, folga remunerada aos domingos e feriados, férias anuais com um terço a mais que o salário normal, aviso prévio, inclusão na previdência social, licença à gestante de cento e vinte dias com recebimento de salário maternidade, embora não lhe garantia estabilidade provisória no emprego após a gestação.

Um marco para a categoria de trabalho doméstico ocorreu após a implementação da emenda constitucional nº72 de 2013, cuja lei promoveu a ampliação dos direitos do trabalhador doméstico ao regulamentar a jornada de trabalho em quarenta e quatro horas semanais, estabelecer leis que regem o pagamento de horas extras, FGTS, seguro desemprego,

além de definir normas referentes à segurança no exercício da atividade. A conquista da categoria trabalhista teve como intuito diminuir a desigualdade de direitos sofrida até então pelo segmento.

Em termos de regulamentação do trabalho doméstico foi comprovado o aumento gradativo de trabalhadores com carteira assinada nessa categoria. A PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua) mostrou que no quarto trimestre de 2013, entre os trabalhadores domésticos, 31,1% tinham a carteira de trabalho assinada. No quarto trimestre de 2014 o número passou para 32,1%. No primeiro trimestre de 2016 o número cresceu para 34,9%, aponta-se assim para uma tendência à formalização da prestação de serviço doméstico.

Em contrapartida, por três anos consecutivos diminuiu a proporção de trabalhadoras atuando nessa atividade. O Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego divulgou em 2016 um estudo que trata do trabalho doméstico remunerado em cinco relevantes centros urbanos do País, são eles: Recife, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Porto Alegre. Das cinco regiões pesquisadas, em quatro delas declinou o número de emprego doméstico, somente a cidade de Salvador apresentou incremento no total de mulheres ocupadas nessa modalidade. Logo, a lei que regulamenta a ocupação pode ter contribuído para a diminuição no percentual de contratação de trabalhadoras domésticas.

Foi revelada ainda, a ocorrência do processo de envelhecimento da categoria como pode-se notar, por exemplo, na cidade de Porto Alegre. Nesta capital, a maior parte das trabalhadoras domésticas, quase 34%, estava na faixa etária entre 50 e 59 anos. Com a baixa ou nenhuma oferta de vagas em outras áreas no mercado, o trabalho doméstico tende a ser a única alternativa de emprego para as mulheres mais velhas e com baixa escolaridade.

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (2016) sobre o trabalho doméstico remunerado, realizada em quatro principais regiões metropolitanas do País, essa categoria é majoritariamente desempenhada por mulheres adultas. De 2013 a 2014 verifica-se um processo de envelhecimento do grupo, o qual pode indicar uma possível falta de alternativas em outras categorias de trabalho para as mulheres com mais de cinquenta anos de idade.

Constatou-se também que a segunda maior modalidade de trabalho doméstico remunerado é o trabalho de diarista, como já foi explicado, é uma forma de trabalho autônomo na atividade doméstica.

De modo geral, o trabalho braçal é desempenhado por indivíduos sem diplomas acadêmicos, e assim como a maioria dos trabalhos braçais exercidos sem certificados, o emprego de doméstica é considerado socialmente inferior aos trabalhos de caráter intelectual e especializado. Como dito, por não existir uma qualificação profissional específica, sua remuneração tende a ser mais baixa em relação às atividades profissionais.

O termo ocupação para referir-se ao trabalho doméstico tem embasamento teórico na sociologia das profissões, cujo arcabouço epistemológico difere profissão de ocupação a partir do limitador do diploma universitário, cabível às profissões.

Em relação à profissão, de acordo com a vertente anglo-saxã da sociologia das profissões, é preciso ter um termo de consentimento que garante, segundo Larson (1977), um mandato de conhecimento específico e protegido nos termos formais da execução de atividades. As ocupações, logo, seriam as demais atividades compreendidas pelo mundo do trabalho, as quais não necessitariam de habilitação formal e diplomada (Freidson, 1995).

Apesar de a vertente francófona tratar de grupos profissionais (Dubar, 2005), considerar profissões para além da certificação e centrando-se na execução da atividade, será utilizado neste trabalho, o conceito de ocupação, que é caro à sociologia das profissões aos moldes anglo-saxão e francófono, sem maiores contradições epistemológicas.

Em termos práticos, quanto mais complexos forem o conhecimento do aprendizado formal, tenderá a ser maior a remuneração que representa o valor social atribuído à atividade. O valor do salário mínimo pago às empregadas domésticas é embasado no fato de que não existe uma qualificação profissional específica ou uma licença para o exercício da função, assim sendo, a atividade não é considerada socialmente uma profissão e sua remuneração é mais baixa em relação às atividades profissionais diplomadas.

Como foi mostrado, culturalmente ocorreu a invisibilidade do trabalho doméstico ao longo da história, foi e ainda é, como está sendo demonstrado pelos dados, um serviço exercido por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de alternativa de trabalho, a baixa escolaridade, a falta de capital, entre outros fatores, forma uma massa de mulheres que historicamente estiveram vulneráveis à exploração e pouco visíveis ao Estado.

#### 1. 4. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho

A construção da mulher pelo arranjo social abrange a sua situação de subordinação caracterizada pelo típico trabalho exercido, serviço de assistência no interior do ambiente privado e na tarefa de cuidado com os membros da família.

A ocupação de doméstica indica onde a mulher situa-se no espaço social, quais são as suas atribuições majoritárias e o valor da sua atividade ou a falta de valor da mesma, conforme demonstra a sua situação cultural na divisão sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas.

É relevante salientar a seguinte situação, mesmo as mulheres que não são empregadas domésticas, em sua maioria, realizam trabalhos domésticos não remunerados, pois são mulheres e sobre elas, socialmente, são atribuídas essas tarefas. A correlação entre identidade de gênero e ocupação é estudado por Carriere, o qual analisa o serviço tradicionalmente reconhecido como feminino.

Em termos de hierarquias profissionais e sociais, há que se destacar, em primeiro lugar, a própria condição de desigualdade em que se encontram as mulheres no mundo privado e também do trabalho. Nesse sentido, o próprio fato da maioria de trabalhadores domésticos serem do sexo feminino já nos diz a quem é atribuído, socialmente, o lugar e as tarefas domésticas. Além dessa própria condição de gênero, o trabalho das empregadas domésticas dentro da hierarquia profissional pode nem mesmo ser considerado uma profissão, se levarmos em conta as perspectivas funcionalistas da sociologia das profissões (CARRIERI, 2015, p. 164).

A ocupação majoritariamente desempenhada por mulheres retrata numericamente a hierarquia de diferença entre os gêneros, cuja participação delas no mercado de trabalho apresenta a reprodução histórica que as reservam culturalmente o espaço doméstico. Todavia, houve avanços significativos no cenário de gênero no País, alcançou-se garantias para as trabalhadoras domésticas e está em curso um processo de feminização em outras áreas do mercado de trabalho, entretanto, não deixando de existir a desigualdade na estrutura ocupacional de gênero que compõem “guetos femininos”, conforme definido por Bruschini (2007). Quando Bruschini apresenta o conceito de guetos femininos a autora se refere a posição que a mulher ocupa no mercado de trabalho, baseada nas estatísticas. Trata-se da baixa qualidade do emprego feminino, uma vez que há predominância do trabalho feminino em situação precária.

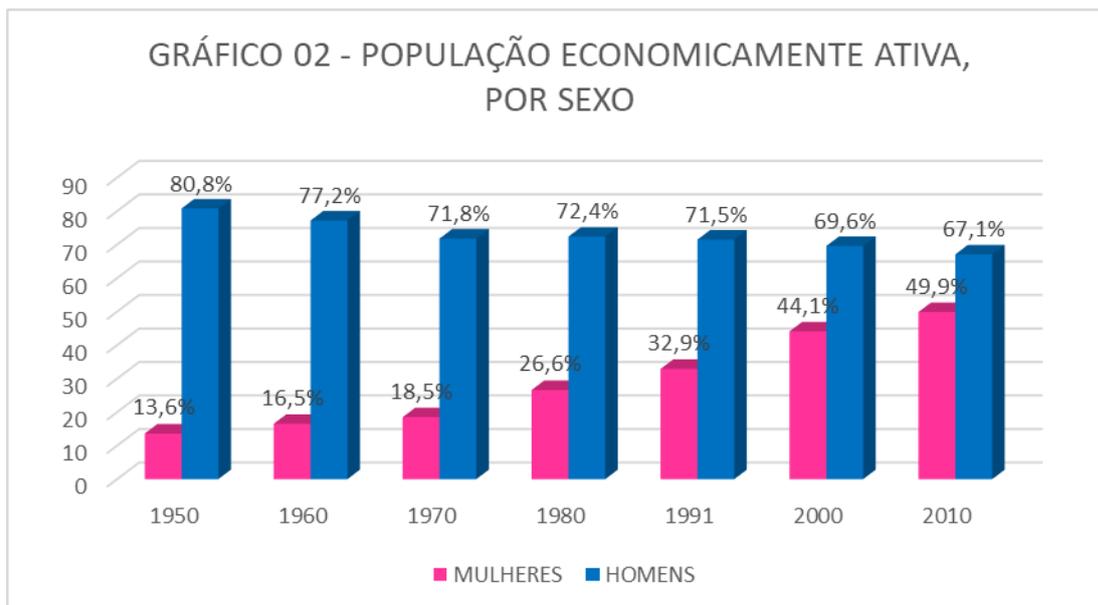
Tanto o gênero feminino quanto o masculino não são, como apresenta Rodrigues (2017), construções inatas. As normas sociais os definem e o comportamento do gênero é

modelado pelo papel social que lhe é atribuído. Trata-se também de representações realizadas durante as relações, cuja inserção em um contexto social e histórico dota de sentido as ações de cada gênero. Junto a isso, há uma desigual distribuição de poder por gênero, a qual gera a relação de dominação e subordinação. Porém, o poder e a dominação são naturalizados de tal modo que se tornam praticamente imperceptíveis aos envolvidos, e por isso, os atos normalmente não são refletidos, nem questionados.

O mercado de trabalho é um dos desafios que gradativamente está sendo mudado em favor do gênero feminino. A pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE, referente aos anos de 2003 a 2015, nas regiões metropolitanas pesquisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) afirmou que, no ano de 2015, a população economicamente ativa era majoritariamente composta por homens, eles correspondiam a 53,3% da população dessa categoria.

Apesar de serem ainda minoria da população ocupada, as mulheres vêm ganhando destaque no espaço produtivo ao longo dos treze anos de pesquisa. Entre 2003 e 2015, houve crescimento de 3,2% de participação das mulheres no mercado de trabalho. Com estes dados do IBGE, nota-se que as mulheres têm conquistado, gradativamente, espaço na esfera socioeconômica brasileira.

Com base nos dados referentes à taxa de atividade no mercado de trabalho, segundo o sexo, é possível inferir que tem ocorrido um processo de crescimento constante na participação da mulher no Brasil, embora o sexo masculino mantenha-se, predominantemente, em todas as regiões pesquisadas.



Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Demográficos do IBGE

Conforme o gráfico apresenta, a taxa de atividade no mercado de trabalho cresceu mais no grupo da população feminina do que no grupo da população masculina. A Organização Internacional do Trabalho (2010) apresentou, mundialmente, o crescimento anual da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho do Brasil.

No Brasil, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo ao longo dos anos. Movidas pela necessidade de contribuir para a manutenção da família e/ou pelo desejo de realização profissional e autonomia, as mulheres vêm se incorporando crescentemente ao mercado de trabalho – como ocupadas ou em busca de um posto de trabalho (OIT, 2010, p. 56).

Comparando os Censos Demográficos de 2000 com o de 2010, o Sistema Nacional de Informações de Gênero (2014) do IBGE constatou um aumento percentual no número de mulheres responsáveis pela família. O estudo mostrou que 37,3% das famílias brasileiras têm uma mulher reconhecida pelos demais membros da família como a responsável pela casa, sendo o maior índice de mulheres responsáveis concentrado na zona urbana. Entretanto, a questão a qual ainda persiste é, quais são os espaços ocupados por elas no mercado de trabalho, ou seja, é importante compreender a qualidade do trabalho no qual estão adentrando.

Embora o País tenha apresentado mudanças na problemática de gênero, no que se refere à população economicamente ativa, o Brasil estagnou em termos de qualidade de emprego, quando se trata de questões de gênero. É importante refletir sobre o progresso no quadro da participação da mulher, em relação à oscilação no nível da desigualdade de gênero,

tendo em vista que a mulher segue ocupando setores de atividade de menor prestígio social e menor remuneração.

Quanto a isso, o IBGE ao pesquisar a distribuição da população ocupada segundo o sexo, comprovou uma constante disparidade salarial entre homens e mulheres, como também uma predominância dos homens em cargos de chefia. Tradicionalmente, foram criadas barreiras culturais, as quais segregam a ocupação feminina da masculina, típicas da divisão sexual do trabalho, que consistem na separação de atividades ocupacionais entre os gêneros como, por exemplo, as mulheres ainda estão circunscritas ao mercado de ocupação doméstica.

### **1.5. Serviço Doméstico e Relações de Gênero**

Davis (2016) afirma que as mulheres brancas lutaram pelo direito de estudar e trabalhar no âmbito público e aos poucos elas organizaram-se contra a ideologia de supremacia masculina. Segundo o autor, a campanha pelos direitos das mulheres ocorreu em consonância com a luta por desnaturalização dos afazeres domésticos como obrigação feminina.

Silva (2013) apresenta o trabalho doméstico como tradição de uma “servidão voluntária”. Dados apresentados pela autora demonstram que as mulheres realizam mais as tarefas domésticas do que os homens. Elas ocupam-se com cerca de 22 horas semanais com responsabilidades de trabalho doméstico e cuidados com a prole. Assim, o trabalho doméstico remunerado compõe a reprodução social da sociedade patriarcal, na qual o trabalho de cuidados exercidos pelas mulheres seria extensão de sua essência natural e biológica da maternidade e da capacidade de aleitar.

O caráter sociossexual do trabalho doméstico representa um fenômeno transversal de múltiplos aspectos opressivos sofridos pelas mulheres, com raízes na tradição patriarcal e readequado no capitalismo. A estrutura do mesmo se refere às características históricas, políticas, culturais e econômicas da sociedade e assemelha-se ao trabalho gratuito das donas de casa; trata-se de um trabalho de cuidado direto e indireto, na forma de higienização do ambiente e de preparo de alimentos, por exemplo.

O ser humano tem a necessidade de bens e de serviços, assim como de afeto e de contato. O trabalho que tem como função cuidar de pessoas e do lar implica em fatores emocionais, os quais se distinguem da produção de mercado, por isso, geram-se relações complexas. Nesse sentido, a relação socioafetiva está ligada ao trabalho doméstico e por isso representa características do estereótipo feminino associadas às lógicas de mulheres serem “afetuosa, para o lar”.

A família é um microcosmo social, funciona como uma correia de transmissão de elementos que predominam na sociedade. A partir da naturalização da dedicação da mulher ao lar como função intrínseca do ser mulher tem-se implicações de entrave para a valorização do trabalho doméstico. Para se atingir a equidade de gênero se faz necessário o alcance da esfera pública, onde está o âmbito do poder político e as esferas de disputa por ele. Desse modo, as vidas reclusas no núcleo familiar, nas atividades de cuidados com a família, se perpetuam nos “guetos” femininos de atividades.

Maneschy (2013) argumenta que na atual configuração da divisão sexual do trabalho existe uma continuidade da ordem social de gênero, pois há no emprego doméstico implicações derivadas das relações de gênero. Ao analisar a categoria socioprofissional na cultura dominante, a partir de uma perspectiva sociológica, o autor investiga as relações de gênero e suas consequências na esfera do trabalho.

Nessa perspectiva, compreende-se que não é à toa que o trabalho doméstico demorou a ser reconhecido como profissão passível de receber o mesmo enquadramento legal de qualquer outra profissão. Não é mero atraso brasileiro, embora também o seja. As atividades em questão são as relativas aos cuidados com o lar e com as pessoas, atribuições historicamente naturalizadas como femininas. São representadas socialmente como decorrências da maternidade e da associação mais próxima das mulheres com a casa e com a criação dos filhos, especialmente quando pequenos (Maneschy, 2013, p. 209).

Mesmo sendo tarefa crucial à reprodução social das famílias o serviço doméstico no modo de produção capitalista, este trabalho dificilmente é compreendido como categoria profissional uma vez que existe uma separação entre o âmbito doméstico e o âmbito produtivo. Assim, as atividades domésticas são distintas da esfera da monetarização e é socialmente considerada obrigação do gênero feminino e quando esse serviço é realizado por contratação e remunerado é normalmente desvalorizado.

De acordo com Inácio (2017), ao investigar o motivo de haver um grande contingente de mulheres trabalhando no serviço doméstico na atual sociedade brasileira, 92%

da categoria que corresponde a 5.973 milhões, deve-se considerar aspectos históricos e culturais de relações excludentes presentes na sociedade patriarcal. Destaca-se o fator de gênero e raça serem compreendidos como elementos de peso na desvalorização do trabalho doméstico.

As enervantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem uma flagrante evidência do poder do sexismo. Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças (DAVIS, p. 239, 2016).

Assim, a mulher foi educada com vista a reproduzir o costume de estar restrita ao ambiente doméstico e esteve afastada das decisões políticas e econômicas do País. Há regras morais na consciência coletiva que exprimem as características comportamentais da mulher em geral. Em virtude disso, cada mulher responde aos sentimentos coletivos que lhes são impostos e que exercem sobre ela coerção. Esta imagem da mulher baseia-se em tradições e segue em consonância com o cumprimento de regras de conduta atribuídas como funções esperadas na sociedade.

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação (DURKHEIM, 2007, p.1-2).

Por vezes, as regras que nos são impostas são interiorizadas de modo a se tornarem imperceptíveis as coerções. Mas, os pensamentos, as condutas e até os sentimentos são exteriores ao indivíduo, exercem sobre cada sujeito força imperativa. E a família é via de interiorização dos hábitos coletivos e das normas morais. Nos casos estudados, as tarefas do lar são interiorizadas como serviço de mulher e ao homem é socialmente atribuída a tarefa de prover o sustento da família, implicando na desvalorização do trabalho caracterizado como feminino, de tarefas de cuidados.

Entende-se que a tradição patriarcal reproduz a desvalorização do trabalho que por sua vez repercute no rendimento econômico do trabalho doméstico. Sendo, pois, um trabalho de baixa visibilidade em razão do fundamento de servilismo patriarcal e da divisão sociossexual que delimita a mulher ao espaço privado, na servidão doméstica. Assim, é tecida uma ideologia que distingue um ser social de outro através de características biológicas e

atribui à mulher obrigações coletivas primordiais derivadas da maternidade, como se o seu aspecto biológico fosse estendido nas tarefas de cuidado com o ambiente. E, com isso, auferem salários baixos de acordo com a lógica de valor do mercado.

Paralelamente, houve avanços, pois, com a regulamentação do serviço doméstico como trabalho ocorre a reformulação da noção de trabalho, não mais restrito à lógica de produção capitalista consumista, trabalho abrange também a produção do viver. Tal reformulação contribui para equidade de gênero.

É relevante a discussão a respeito de gênero na sociologia uma vez que existem obstáculos sociais que impõem desigualdades e pré-noções cujo pensamento necessita ser superado. A autora Butler (2003) é referência no campo e trata do caráter performativo do gênero que consiste em um conjunto de expectativas atribuídas ao comportamento de cada gênero. Desse modo, espera-se socialmente que o gênero feminino assuma tarefas típicas da “mulher de família”. Em um estudo sobre empregadas domésticas é importante considerar a temática de gênero, pois a tarefa tipicamente entendida como “de mulher” reproduz uma tradição que influencia na inserção de mulheres no serviço doméstico.

## **1. 6. Considerações Sobre a Migração**

Rodrigues e Vasconcelos (2010) ao investigarem os fatores proporcionadores da migração internacional de adolescentes e mulheres adultas, destacaram que a migração tem diversas motivações, mas busca, principalmente, a inserção no mercado de trabalho e a autonomia de gênero. Nesse sentido, o “empoderamento” significa a tomada de controle de seu próprio destino. Logo, o movimento migratório, em geral, representa a dinâmica da mobilidade social dos grupos que procuram melhores condições de vida.

Para essas mulheres, sair do seu país de origem em busca de espaço no mercado de trabalho possibilita não apenas a emancipação econômica, mas também o acesso a uma qualidade de vida e mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades (Rodrigues; Vasconcelos, 2010, p. 332).

Afirmam ainda a ocorrência do fenômeno da “feminização da pobreza”, como é mostrado nos dados da Organização das Nações Unidas, pois setenta por cento dos pobres do mundo inteiro são mulheres. Demonstraram também o crescente processo de “feminização da migração”, tanto do tipo intra-regional (dentro da mesma região) quanto do tipo

transfronteiriça (nas fronteiras do País) e apontam para a relação entre pobreza e migração. É característico da migração feminina, a ocupação no mercado de trabalho em funções domésticas, trabalhos que têm as menores remunerações. “O serviço doméstico constitui uma das oportunidades mais frequentes de emprego para as migrantes” (*Ibid*, p. 330).

Nazareth e Neto (2013) buscaram compreender porque determinados indivíduos migram e outros não, tendo em vista que um número de pessoas de uma mesma conjuntura cultural, econômica, política e social migram, outros permanecem na cidade natal. Segundo os autores, entre os motivos da migração feminina está a transformação na estrutura familiar, a vulnerabilidade econômica e a desigualdade de gênero.

Para compreender as especificidades dos migrantes, o resultado da pesquisa mostra um diferencial de retenção territorial na medida em que os sujeitos são submetidos às mesmas condições, há aqueles que migram e aqueles que, apesar de estarem expostos às mesmas condições dos demais, não migram.

O fator apontado como o de maior influência para a migração é a rede de relação entre parentes e amigos, os quais articulam o movimento de migração conduzindo o indivíduo de sua comunidade de origem em direção ao trabalho na capital. O fato dos conterrâneos organizarem a recepção, favorecendo a migração, eles viabilizam assim a contratação no trabalho, a hospedagem e minimizam os medos e as inseguranças do lugar de destino.

Por essa razão, o destino do migrante será selecionado com base na rede de socialização dos seus conterrâneos, ou seja, a escolha do local será baseada na teia de contato do indivíduo com os membros de sua comunidade, parentes ou não, os quais já migraram e facilitam as futuras migrações, isto é, a mobilidade da força de trabalho está relacionada com as relações sociais.

Entre os objetivos específicos da pesquisa está o alcance do entendimento da lógica incorporada pela mulher migrante que se insere na função de empregada doméstica, com vista a compreender o porquê da partida do ambiente familiar para em seguida arriscar-se no contingente distante, com estilo de vida oposto ao da identidade camponesa.

São aspectos relevantes ao tratarmos da experiência da empregada doméstica que veio da zona rural e foi inserida no mercado urbano, os caminhos percorridos pela trajetória de ruptura com o espaço físico e social, onde a condição cultural geracional está relacionada

com as atividades da tradição familiar, cuja atividade laboral geralmente é de cultivo agrícola. Ao se deslocar da área rural, ocorre a vivência de novas práticas, sentidos e perspectivas equivalentes aos costumes do grupo social de cenário urbano.

O significado de migração refere-se ao deslocamento espacial temporário ou duradouro. Segundo Coelho (2015), geralmente o motivo principal da migração é o aspecto econômico, os migrantes deslocam-se em busca de melhores condições de trabalho ou oportunidade de inserção no mercado. Por isso, a mobilização social tem como destino cidades com maior potencial de mercado, ou seja, o território atrativo aos migrantes tende a ser aquele que possui maior desenvolvimento econômico.

No que se refere ao movimento migratório, Braga (2006) mostrou historicamente a alteração da sociedade agrícola para o modelo de sociedade urbana, no começo do século XX ocorreu o processo de urbanização no País, intensificou a transformação na oferta de emprego nos centros urbanos e acelerou o movimento de êxodo rural. Assim sendo, repercute tanto na estrutura do mercado de trabalho quanto na forma das relações sociais, por conseguinte, ao mudar-se no espaço físico, concomitantemente, o ser altera-se na dimensão social, a partir do contato com o estilo de vida urbano.

Menezes (2010) aborda o efeito de repulsão e atração do território, bem como discorre sobre os locais de partida e os locais de destino dos migrantes no período de industrialização do Brasil. Para ele, a migração retrata as disparidades existentes de território para território, isto é, sobre um espaço concentrado desigual, há um nexo causal articulado na direção da demanda de trabalho.

Ocorre também a seguinte situação: as áreas desfavorecidas pela menor oferta de trabalho ficam economicamente estagnadas e impulsionam a sua população para a migração. Entende-se que a pobreza é um fator de expulsão da população de cidades com baixo nível de emprego e o destino do fluxo migratório são as cidades mais centrais da esfera produtiva. Além do mais, a cidade de destino selecionada será aquela que está de acordo com o capital socioeconômico e cultural do migrante, pois a elaboração da estratégia de migração analisa as condições necessárias à permanência no centro urbano.

Cada território é dotado de sentido social, cultural e econômico. Ao migrar, a desterritorialização não abrange apenas o aspecto do espaço físico. Aqui a migração é compreendida a partir da dimensão social do espaço, com vista a entender a deslocalização

como via de superação dos entraves locais. Abaixo, a fala de uma entrevistada explica a sua motivação para o serviço doméstico no território urbano.

Durante a infância eu trabalhava na roça, desde os cinco anos até os dezoito. Morava no interior de uma cidade do interior, Paulo Jacinto-AL. No período da manhã eu trabalhava e estudava de tarde. Eu estudei só até a quarta série porque no interior tinha apenas o ensino primário e a minha mãe não deixava a gente estudar na cidade. Eu era muito matuta. Quando completei dezoito (anos de idade) meu patrão pediu à minha mãe para eu trabalhar na casa dele, em Maceió. Foi uma surpresa a minha mãe deixar eu trabalhar longe, porque ela não permitia que saíssemos de casa, mas ela parecia contente por ter me arrumado um emprego na cidade. Embora fosse uma pessoa a menos para fazer roça. Entre as opções de se casar e ficar na roça ou ir à cidade eu preferi tentar a vida na cidade grande. A gente passava necessidade, não tinha carne diariamente, comíamos mais ovo e se alimentava da plantação (Empregada doméstica, 49 anos, 2017).

Um emprego na cidade grande representava naquele contexto uma oportunidade de ascensão social, na qual o deslocamento espacial significava a metamorfose da identidade e realização da apropriação de um novo espaço. Trabalhar na capital, além de ser economicamente rentável proporciona para a trabalhadora, a saída das condições físicas do trabalho camponês. Conforme expressa a fala, a escolha pela atividade doméstica pode ser definida tanto como uma saída da situação de miséria quanto como uma estratégia de saída da condição do trabalho com maior desgaste físico.

Conforme mostra o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2014), o número da população rural vem diminuindo de modo acelerado desde 1950, cujo percentual de habitantes do meio rural era de 63,8%. Em 1970, a população urbana brasileira já era maioria. No ano de 1980, o percentual de residentes em áreas rurais alcançou 32,3%. Desde 1985 está em curso um processo contínuo de redução no percentual de população rural ocupada. Entre os anos de 1995 até 2013, houve redução de 2,7 milhões de pessoas ocupadas na área rural do País.

As transformações ocorridas no mercado rural são fundamentadas pelo estudo no processo de mecanização da produção, a qual além de reduzir o número de trabalhadores necessários na atividade agrícola exige mão de obra especializada e escolarizada. A região Nordeste apresentou a taxa de assalariados ocupados no meio rural de 34,8%, que corresponde a 1,41 milhões de pessoas e foi a região com maior taxa de assalariados rurais ocupados do País.

Quanto aos dados da taxa de ilegalidade (informalidade), há um elevado número de empregados sem carteira assinada. Somando a região Norte e Nordeste, o percentual de taxa

de ilegalidade é superior a 77% do total de empregados. O processo de redução na taxa de ilegalidade modifica-se lentamente, média de 1,56% ao ano. Logo, ainda é alto o número de trabalhadores do campo sem garantias trabalhistas legais.

No que concerne ao nível de instrução, o maior percentual de trabalhadores do campo no País não tem instrução ou tem até três anos de estudo, representavam 39,3% do total de trabalhadores rurais, equivalendo a 1,6 milhão trabalhadores analfabetos ou semianalfabetos.

A situação de analfabetismo é pior no conjunto de trabalhadores assalariados informais, cujo percentual registrado era de 45,8%. A baixa escolaridade (pessoas com escolaridade entre zero e sete anos de estudo) atingia no ano de estudo 72,3% do grupo dos trabalhadores rurais.

O baixo nível da escolaridade juntamente com a ilegalidade do trabalho provoca, geralmente, a situação de baixa remuneração e, como consequência, a pobreza. Majoritariamente, os trabalhadores assalariados informais recebiam até um salário mínimo, 30,5% recebiam menos de um salário mínimo.

Já entre os trabalhadores com carteira assinada, o percentual de pessoas que recebem menos de um salário mínimo era menor, 26,7%. É importante ressaltar que, com a carteira de trabalho assinada, o trabalhador está respaldado a receber pelo menos um salário mínimo, embora ter a carteira de trabalho assinada tenha implicações no valor líquido recebido, em razão dos descontos de impostos.

É baixo o número de assalariados rurais do sexo feminino. A posição da mulher na organização familiar da produção é, majoritariamente, caracterizada na atividade agrícola familiar não remunerada, ou seja, voltada para o consumo familiar. Além disso, o mesmo estudo indica que, embora esteja em curso um aumento gradativo de mulheres na posição de chefe de família, a família tradicional do campo ainda tem o sexo masculino em posição central de provedor da renda familiar.

#### **TABELA 01**

**Assalariados rurais segundo sexo (pessoas de 10 anos ou mais de idade)  
Brasil - 2013**

| Gênero       | Empregados Rurais |              | Empregados Rurais Com Carteira Assinada |              | Empregados Rurais Sem Carteira Assinada |              |
|--------------|-------------------|--------------|-----------------------------------------|--------------|-----------------------------------------|--------------|
|              | Nº absoluto       | Em %         | Nº absoluto                             | Em %         | Nº absoluto                             | Em %         |
| Masculino    | 3.609.914         | 88,9         | 1.430.973                               | 86,9         | 2.178.941                               | 90,3         |
| Feminino     | 449.593           | 11,1         | 216.050                                 | 13,1         | 233.543                                 | 9,7          |
| <b>Total</b> | <b>4.059.507</b>  | <b>100,0</b> | <b>1.647.023</b>                        | <b>100,0</b> | <b>2.412.484</b>                        | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE. Pnad 2013  
Elaboração: DIEESE. Subseção Contag

Frente ao conjunto de fatores que precarizam o trabalho no campo como a contínua redução da oferta de trabalho rural, alta taxa de trabalhadores rurais sem carteira assinada, os riscos à saúde, a baixa renda e a atividade não remunerada da mulher no campo, a cidade representa uma possibilidade, por vezes atraente, de mudança de vida.

A estreita relação entre a migração feminina e o trabalho doméstico remunerado pode ser derivada da atração populacional nas cidades grandes para a mulher em situação de vulnerabilidade econômica, principalmente em razão da baixa escolaridade, a qual substituiu anteriormente a árdua atividade agrícola.

Entende-se, com isso que, a precariedade das condições do trabalho rural pode ser considerada um impulso para o êxodo rural, pois se a situação no campo fosse satisfatória, haveria então pouco movimento de êxodo rural.

### **1. 7. Retrato da Região em Números**

O estudo realizado pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (2016) revelou que é na região Nordeste onde encontra-se a jornada de trabalho mais extensa da categoria, chegando a quarenta e seis horas de trabalho semanais na cidade de Fortaleza, acima do regulamentado por lei.

Além disso, o menor valor de rendimento médio pago por hora de trabalho foi também encontrado na mesma região. E em Salvador, o rendimento médio da hora paga às empregadas domésticas é de R\$ 4,54. Notou-se, ainda que, em todas as regiões do país o valor médio pago pelo serviço doméstico é maior entre as trabalhadoras que têm carteira assinada.

No tocante aos dados educacionais, consta na publicação da Síntese de Indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, referente ao ano de 2014, que na região Nordeste a proporção de analfabetos do País no grupo da população com 15 anos de idade ou mais é de 18,5% para os homens e de 14,9% para as mulheres.

Observa-se que, embora a população seja composta majoritariamente por mulheres, o percentual de analfabetos é menor para elas e maior para eles. É importante destacar ainda que, nesse ano do estudo, a região Nordeste concentrava o maior percentual de pessoas analfabetas do País com 16,6%, o equivalente ao dobro da média nacional de 8,3%, enquanto a região Sul apresentava a menor taxa do País com 4,4%.

Ao observar o retrato de Alagoas em termos de diagnóstico educacional pode-se comprovar a precariedade da realidade estadual. O Censo 2010 apontou a falha no sistema educacional de Alagoas, cujo Estado tem o maior percentual de pessoas com mais de quinze anos de idade não alfabetizadas do País. A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar comprovou que a liderança no ranking da taxa de analfabetismo manteve-se de 2010 até 2014.

Os números dos Indicadores Básicos de Alagoas (2017) referentes aos anos de 2012 até 2015 sobre frequência escolar por faixa etária, ou seja, o percentual da população alagoana matriculada em alguma escola, no grupo de sete a quatorze anos de idade comprova que os números de atendimento escolar do Estado são inferiores, tanto à média nacional quanto à média da região Nordeste, em todos os anos do estudo. Já no grupo de quinze a dezessete anos, houve um aumento gradativo ao longo dos anos de estudo e, em 2015, Alagoas aumentou significativamente a proporção da taxa de atendimento escolar, conseguindo ultrapassar a média da região Nordeste e aproximar-se da média da taxa nacional.

Dentro desse cenário, a população em geral não tem qualificação adequada para o competitivo mercado de trabalho. Assim, entende-se porque o economista Cícero Pércles de Carvalho (2008) trata Alagoas como “A nossa África”, conforme foi denominado pelo jornal “O globo”, ao informar a situação local da má distribuição de renda. Baseado nos baixos índices sociais do Estado, o autor apresenta a situação de pobreza através do estudo do público do Programa Bolsa Família e retrata a dependência das políticas públicas assistencialistas, as quais têm o intuito de combater a pobreza.

Há no Estado um atraso tecnológico, o qual dificulta a instalação tanto de indústrias quanto de empreendimentos, o que conseqüentemente inviabiliza a inclusão da maior parte da

população no processo de produção. Com isso, a baixa oferta de emprego causa a situação de dependência da população de auxílios econômicos para a subsistência. Dentro desse contexto de precariedade educacional, atraso tecnológico e baixa oferta de emprego, a população elabora estratégias de melhorias de vida frente aos entraves locais.

Coelho (2015) constata que Alagoas possui diferenças significativas em seu território. A variação do desenvolvimento tecnológico, de produtividade, consumo, concentração de renda e nível educacional das microrregiões refletem na disparidade do volume de riquezas geradas em cada cidade. Assim sendo, as cidades mais desenvolvidas, melhoradas em qualidade de vida, são atrativas para a população de microrregiões mais carentes.

O economista aplica uma equação que tem como objetivo calcular a atratividade do município para os migrantes, a partir das variáveis de proporção da população economicamente ativa, dados educacionais da população, capacidade de atendimento de saúde pública, valor do Produto Interno Bruto (PIB) e localização geográfica do município.

Logo, o conjunto de fatores positivos citados gera atração ao fluxo migratório, do mesmo modo que, quando as variáveis resultam em um índice de baixa expressão numérica, o município teoricamente apresentará dificuldade na retenção de mão de obra. Em 2014, o PIB per capita de Alagoas era de R\$12.335 ao ano, valor inferior ao PIB per capita da região Nordeste e do Brasil.

De 2012 até 2015, o Estado apresentou taxa de desemprego superior à média do Nordeste, bem como à média nacional. No ano de 2015, o percentual de indivíduos desempregados em Alagoas, disponíveis ao trabalho remunerado era de 15,3%, enquanto a média nacional estava em 9,6%.

Residia em Alagoas 3.120.494 pessoas, de acordo com o Censo 2010, no ano de estudo. Sua mesorregião mais populosa é o leste alagoano, com 2.064.525 pessoas, equivalente a 66% do total da população residente no Estado. Entre a sua população, 70% reside no mesmo município onde nasceu e 92% da população é composta por pessoas naturais do Estado. As informações demonstram que o Estado tem baixo percentual atrativo à migração.

A capital do Estado, Maceió, é a cidade com maior PIB per capita do Estado, de R\$18.205,44 ao ano, embora apresente 0,63 do índice de Gini. Sua principal atividade econômica está no setor de serviços. Com população de 932.748 pessoas, conforme aponta o último Censo, Maceió é o município de Alagoas com o maior número de pessoas ocupadas. No ano de estudo eram 284.062 pessoas, equivalente a 28% em relação à população potencial de mão-de-obra e o salário médio dos trabalhadores formais é de 2,7 salários mínimos.

Após observar os dados do Censo 2010 do IBGE, percebe-se que a desigualdade na concentração de renda encontrada nos pequenos municípios do Estado, também é encontrada na capital da cidade. Entre as cidades com maior medida de desigualdade, mensurada pelo Coeficiente de Gini, estão o município de Inhapi (0,6782), Igreja Nova (0,6630), Belo Monte (0,6614) e Maceió (0,6378).

Logo, a busca por melhores condições de vida baseada na ideia do alto PIB da cidade pode ser frustrada, uma vez que a riqueza do município encontra-se concentrada em um pequeno grupo. Assim, o sonho de sair da situação de pobreza pode não ser uma idealização sem congruência com a realidade, quando ocorre apenas o modo como a pobreza manifesta-se na situação do campo para a situação da cidade.

Comparando os dados dos Censos 2000 e 2010 nota-se que ocorreram alterações significativas no saldo de migração de Maceió. Enquanto os dados apresentados no ano 2000 apontava um saldo positivo, ou seja, calculando o número de entrada e de saída do município resultou em um saldo de 9.845 pessoas, no de 2010 o saldo de migração foi negativo para o município, resultando em -14.426. Ainda assim, é a região que absorve a maior parte dos imigrantes oriundos das mais diversas microrregiões do Estado. Segundo Coelho (2015), o migrante nordestino com nível de escolaridade mais elevado tende a migrar para a mesma região.

## **CAP. 2.**

### **IDENTIDADES DOMÉSTICAS**

#### **2.1. Estigmatização em Erving Goffman**

Erving Goffman foi um sociólogo norte-americano nascido em 1922. Sua teoria investiga a atuação comportamental dos atores no cotidiano. O foco de sua análise é o processo de elaboração da perspectiva que cada um desenvolve sobre si mesmo, a partir do processo de interação social, em virtude de o contato social corroborar para a construção do eu, representado através dos papéis sociais.

Trata-se da interpretação da maneira pela qual os atores sociais comportam-se ao interagir com o outro e como a interação corrobora na construção da personalidade dos atores sociais. Do mesmo modo, a maneira como um sujeito é tratado influencia na impressão que ele desenvolve acerca de si mesmo. Assim, há certa simetria no modo como o eu é visto pelo outro e o modo como o eu enxerga a si mesmo. Por isso, o conceito de estigma revela a identidade deteriorada daquele que é marginalizado por possuir atributos considerados inferiores aos demais.

O autor (2004) apresenta o desenvolvimento histórico do sentido da palavra estigma desde os gregos. O primeiro sentido apresentado refere-se aos sinais corporais marcados com o intuito de evidenciar o status moral negativo do cidadão grego. Assim, eram marcados os escravos, indivíduos de má índole ou enfeitados, visando simbolizar o sujeito impróprio para o pleno convívio social, ou seja, o estigma inicialmente é caracterizado como um sinal físico que marca o corpo, de modo a classificar a identidade social do sujeito.

Posteriormente, o estigma surge como uma característica comportamental desviante. Os atributos de um indivíduo como, por exemplo, a ocupação, são dotados de noções preliminares, ou pré-concepções, que ao estabelecerem categorias de status, estruturam a forma de relacionamento social e a convivência no interior dos ambientes segregados por serem ocupados rotineiramente por grupos específicos, pertencentes à determinada identidade social.

A caracterização não é claramente exposta, mas pode-se observar por meio da análise do *self*<sup>2</sup> que, continuamente, depositamos expectativas sobre o comportamento de outrem e imputamos exigências de acordo com o código de conduta da categoria a qual cada sujeito pertence. Também, frequentemente, realizamos juízos de valor com base no estereótipo do grupo que o sujeito compõe.

O estigma é classificado em três variações: as deformações físicas, os desvios de caráter, tais como o vício, doença mental, comportamento diferente do padrão, tentativa de suicídio e fanatismo, e os estigmas de raça, classe, nação e crença, denominados de estigmas tribais, este último tipo de estigma citado será tratado nesse trabalho.

Um exemplo de estigma tribal é o status de baixo nível de escolaridade, pois diz respeito à condição social do grupo no tocante às características que destoam as expectativas atribuídas; os sujeitos com níveis de escolaridade inferiores serão, provavelmente, considerados inferiores perante grupos mais escolarizados.

Nos três tipos de estigma encontra-se a regularidade do indivíduo ser notado durante a relação social, por causa do atributo negativo, assim, chama a atenção dos demais sujeitos e o defeito sobressai-se em detrimento da imagem do sujeito que possui outros atributos aceitáveis. Geralmente, as atitudes de discriminação realizadas no indivíduo estigmatizado são suavizadas, concomitantemente, por ações de gentilezas, as quais ocultam parcialmente o desprestígio sofrido.

A sociedade constrói uma ideologia que justifica e legitima a inferioridade do indivíduo dotado de estigma, com isso, trata o estigmatizado de maneira a retribuir negativamente pelo que ele fez, é, tem ou aderiu de modo hereditário. Além disso, cria-se uma série de representações associadas ao estereótipo que pode ser baseado na idade, gênero, ou categoria profissional do sujeito. Mesmo não sendo explícita a rejeição do estigmatizado ou mesmo que o discurso seja de anuência, os membros dos grupos estigmatizados, no geral, não são tratados como iguais.

---

<sup>2</sup> Conceito primeiramente desenvolvido por Mead, cujo sentido alude que é no contato da experiência social que se desenvolve a imagem de cada sujeito sobre si mesmo, por meio da reação que o eu assume frente à sociedade. Segundo Goffman, o *self* consiste na representação social do eu. Na interação face a face é construída a consciência do sujeito sobre sua própria personalidade devido à inter-influência entre a consciência do outro e a consciência do eu.

Há momentos em que ocorre a interação entre o estigmatizado e o indivíduo julgado como normal. Nesses momentos, ambos deparam-se com as causas, bem como com os efeitos do estigma. Por exemplo, o modo como se dá a receptividade do migrante ou como age o receptor de uma pessoa em situação de mobilidade social são circunstâncias contingentes as quais provocam insegurança no sujeito em situação de vulnerabilidade.

Geralmente durante a interação, o desconforto do estigmatizado e do sujeito tido como normal emerge e o estigma torna-se um tabu. O contato entre estranhos é, muitas vezes, embasado em estereótipos, mas conforme cresce o conhecimento mútuo, o estereótipo gradativamente dissipa-se por meio da compreensão da realidade do ser que está interagindo e do conhecimento das suas reais qualidades.

Conhecer o outro consiste em saber aspectos da sua identidade pessoal, ou seja, ter conhecimentos que vão além das informações de sua identidade social, por isso ao conhecer um ser estigmatizado pode-se ter conhecimento dos aspectos positivos de sua identidade pessoal. Por exemplo, embora pessoas de classes opostas possam repelir-se na medida em que o nível de intimidade avança, há a possibilidade da diferença de classe ser menos sentida na relação entre os próximos.

O sujeito estigmatizado tende a estar predisposto a um tipo de vitimização crônica, porque cria um sentimento de vergonha em relação ao que se é e gera autodepreciação, além do convívio com o medo de ser ridicularizado ou insultado. A incorporação do sentimento de inferioridade tem como consequência a insegurança no relacionamento com os demais que lhes são diferentes e a condescendência em relação à visão do outro sobre a subestimação posta diante do estigmatizado.

Dessa maneira, pode ocorrer o isolamento, como ocorre em alguns casos no campo, em situações em que se está cercado de pessoas tidas socialmente como superiores. Nesses casos, a interiorização do sentimento de estigma torna-se um entrave no contato com o outro. Opta-se, então, por ficar recluso, como um mecanismo de proteção contra o constrangimento gerado pela sensação de inferioridade.

Ao conhecer outra pessoa na mesma situação, o estigmatizado, usualmente, compartilha das experiências comuns das quais somente quem carrega um estigma pode entender. Por vezes, indivíduos em situação de desvantagem organizam-se em grupo e

associam-se em um movimento social em prol dos interesses em comum, seja para reivindicar melhorias para a categoria, seja para socializar-se.

Assim, a formação do grupo colabora para a manutenção do contato de seus membros e serve para o desenvolvimento do seu conhecimento acerca de si mesmo através do reconhecimento cognitivo. “Usando o termo reconhecimento cognitivo referir-me-ei ao ato perceptual de "colocar" um indivíduo como possuidor de uma identidade social particular ou de uma identidade pessoal particular” (GOFFMAN, 2004, p. 60).

O reconhecimento cognitivo consiste em um processo por meio do qual os indivíduos identificam-se, associando-se a um esquema de informação embasado na identificação social ou pessoal. Dessa maneira, no círculo de pessoas que mantêm vínculo social, seja superficial ou íntimo, os sujeitos reconhecem-se mutuamente.

Na perspectiva goffmaniana, a ocupação de um indivíduo compõe a sua identidade social. No caso do trabalho rural, em razão das condições do trabalho, a ocupação compõe uma categoria pouco desejada e torna-se um estigma ao ser considerado culturalmente empobrecido.

Há um elo entre a noção de pobreza socioeconômica e pobreza sociocultural. Devido ao padrão econômico de subsistência, a identidade camponesa é definida como culturalmente inferior à identidade da população citadina, uma vez que a situação de pobreza vivenciada pela condição camponesa provoca a estigmatização da cultura cabocla. Desde o período de colonização, a identidade cabocla é subjugada no tocante à dimensão cultural, com isso os colonos construíram uma identidade diferenciada da identidade cultural do nativo rural.

Cada sujeito é dotado de signos de informação social que funcionam como símbolos, cujas características são mais ou menos permanentes. Tais signos são corporificados de modo a transmitir informações a respeito das propriedades do sujeito. Como, por exemplo, a cor da pele é um signo congênito o qual transmite uma informação social.

Porém, há estigmas que não são evidentes por meio de um signo e quando não é perceptível ou diretamente visível, diminui-se a possibilidade de torná-lo conhecido por todos. Nesse caso, apenas os que conhecem o estigmatizado, por ter estabelecido um contato mais próximo, terão conhecimento de sua situação.

Um exemplo da situação citada acima pode ser notado no caso da ausência de escolaridade, uma característica mais nítida como, por exemplo, durante uma seleção de emprego embasada na análise do currículo, enquanto em outra situação a desvantagem pode não ser significativa como em um exame prático, cuja avaliação é feita através da análise da qualidade da execução de tarefas.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação" (GOFFMAN, 2004, p. 5).

De modo geral, quando imaginamos uma empregada doméstica temos em vista a categoria historicamente construída na figura de uma mulher com previsões socialmente padronizadas, no tocante ao modelo comportamental atribuído a ela e às características já estereotipadas. Como tarefas, ela cuidará da casa e dos filhos, funções semelhantes a de uma esposa, e com base na qualidade da execução de suas funções será classificada como boa ou má empregada, a partir da expectativa que os patrões e a coletividade têm em relação ao serviço doméstico.

Conforme é observado nos dados do IBGE, a trabalhadora doméstica migrante é uma mulher de baixa escolaridade e de baixa renda, sendo, pois, dotada de três características estigmatizadas: a categoria ocupacional, a escolaridade e a renda. Na esfera econômica encontra-se uma dimensão da informação social de classe, quando categorias distintas convivem de modo íntimo, ambos serão estranhos e os estereótipos tendem a influenciar na relação social. Por outro lado, na medida em que os círculos sociais tornam-se mais sólidos, provavelmente, cada sujeito será tido como único e a noção de unicidade tornar-se-á uma marca positiva da identificação pessoal.

Assim, apesar de um indivíduo pertencer a uma categoria, ele é dotado de um conjunto de características combinadas de modo singular cuja essência do seu ser é diferente de todos os outros seres, ou seja, mesmo sendo um sujeito similar aos sujeitos de sua categoria, ele possui uma identidade pessoal construída por sua trajetória de vida específica. A partir de sua biografia terá marcas singulares e também atributos biológicos, os quais os distinguem dos demais, documentos de identificação que autenticam o seu ser social.

Está socialmente incorporada no sujeito a multiplicidade de “eus” para além da identidade social, pois esta pode falsear a representação referente à identidade social. Dito de outro modo, a correspondência entre a reputação ou a imagem da categoria e a realidade do ser é relativa, ou seja, um sujeito pode não ser tal como a figura do seu estereótipo. Assim, um analfabeto é dotado de uma inteligência peculiar, pois o perfil de uma categoria não engloba as propriedades da identidade pessoal.

Geralmente, a pessoa que tem origem no interior ao migrar para a capital carrega o estigma da identidade rural e insere-se em uma relação de alteridade<sup>3</sup> com o sujeito natural da cidade, isso porque a identidade camponesa é deteriorada pelo elo simbólico entre a pobreza econômica e a pobreza cultural.

As considerações socioculturais do trabalhador rural migrante são de categoria estigmatizada em razão da referência identitária étnico-valorativa que hierarquiza o status do sujeito da cidade em posição superior à identidade social do sujeito do interior. Na fala abaixo observamos como era a relação da entrevistada com o patrão, seu conterrâneo. Pode-se observar, com base na comparação, a diferença da relação de alteridade construída com a patroa que tem origem citadina:

Com o meu patrão, o relacionamento era melhor, ele faleceu faz três anos, como ele é do mesmo interior que eu ele era povão igual a mim, mais humilde, conversava comigo, quando ele chegava de viagem me contava um monte de coisa e também perguntava como eu passei os dias, sentava na mesa para almoçar e jantar junto comigo. Já ela (a patroa) é diferente, não tem muita conversa (Empregada doméstica, 49 anos, 2016).

Em contrapartida, pode ocorrer também que o indivíduo sinta-se normal, tal como os demais sujeitos e sinta com menor intensidade a relação de poder existente entre as partes, como aconteceu em um caso estudado.

Quando o estigma não caracterizou um afastamento na relação entre patrão e empregada, como foi no caso em que havia um laço consanguíneo entre as partes, trata-se de um vínculo de primas antes de uma relação entre classes antagônicas. A posição de trabalhadora doméstica intercala-se a uma convivência cotidiana de interação familiar para a

---

<sup>3</sup> Gilberto Velho compreende o sentido de alteridade como sendo a diferença entre o “eu” e o “outro”, cuja diferenciação compõe o processo de formação de identidade do sujeito que define o que se é em contraste ao que não se é.

qual presta serviço, assim está propensa a interagir com os patrões de modo a sentir-se semelhante a eles.

A relação entre empregada e patrões também pode fazer emergir os aspectos de alteridade das classes opostas, uma vez que as diferenças culturais tendem a demarcar distanciamento na interação em relação àquele que lhe é estranho, cujos modos e costumes não lhes são familiares.

Apresentou-se o conceito de estigma goffmaniano para a abordagem de um objeto socialmente estigmatizado em diversas vertentes. Mulheres migrantes, majoritariamente, pobres, de baixa escolaridade, auto classificadas como pardas, moradoras de bairros periféricos, que têm tradição familiar no trabalho rural e são trabalhadoras domésticas.

Objetiva-se identificar na teia de estimacão, os estereótipos que marcam a identidade da empregada doméstica, para isso será apresentado a seguir o perfil de algumas das entrevistadas, com vista a exibir as características que compõem o cenário do emprego doméstico em Maceió.

## **2.2. Perfil do Grupo Investigado**

Para identificar o que motivou mulheres oriundas de cidades interioranas de Alagoas a migrarem para a capital do Estado, realizou-se um estudo sobre o perfil de um grupo de dez trabalhadoras domésticas migrantes as quais exercem função na capital. Ao classificar as características das empregadas domésticas, o trabalho propõe examinar problemáticas intrínsecas ao grupo, com isso pode-se tratar da configuração do quadro do emprego doméstico na cidade pesquisada juntamente com a análise das características estigmatizadas marcantes da categoria.

Visando definir quem são as trabalhadoras domésticas que realizaram migração rural-urbana e o quadro do trabalho doméstico em Maceió, é apresentado o perfil dessas trabalhadoras inseridas no trabalho urbano após a partida da zona rural.

A presente investigação (2016-2017) objetiva percorrer dimensões analíticas as quais compõem o perfil da empregada doméstica migrada do interior para a capital de Alagoas. A partir dos relatos das entrevistadas, busca-se identificar o perfil da mulher que movimentou-se

geograficamente visando melhorias de vida no território urbano e encontrou no mercado doméstico uma oportunidade de emprego.

A partir do estudo das dimensões analíticas pode-se analisar as características que carregam estigmas na categoria profissional. Ao saber a cor, qual é a cidade de origem, a ocupação da mãe, o valor da renda, nível de instrução, onde ela mora, onde trabalha e a faixa etária, destrincha-se parte dos problemas vivenciados no presente e no passado, no que diz respeito às condições de vida das entrevistadas. Identifica-se também, as correlações entre a escolha da função de trabalhadora doméstica e os elementos que integram os indicadores sociodemográficos e socioeconômicos do grupo pesquisado.

Ao que se refere a cor, sete das entrevistadas se auto denominam pardas, uma negra e duas brancas. Por meio da análise racial do trabalho doméstico, compreendem-se os aspectos da desigualdade social na estrutura do trabalho. A cor é um elemento histórico marcante da atividade de servidão doméstica e ao observar a alteração da criada negra para a doméstica parda pode-se analisar os novos arranjos que configuram o serviço doméstico na sociedade capitalista.

Apesar de carregarmos aspectos do modo de produção escravocrata, ocorreram transformações na relação de dominação no mercado, na predominância de uma nova ideologia neoliberal e na conquista por condições mais igualitárias e de liberdade.

No tocante a dimensão da migração, as cidades interioranas de onde são naturais as entrevistadas são Rio Largo, Paulo Jacinto, Novo Lino, Viçosa, Passos de Camaragibe e Carneiros. As cidades têm em comum a população de maioria parda, o baixo índice de qualidade de vida, indicadores de baixo rendimento mensal e população composta, majoritariamente, por indivíduos com baixa escolaridade.

Rio Largo, entre as cidades apontadas, é a mais próxima da capital. Possui a terceira maior população do Estado e é denominada cidade dormitório. De acordo com o estudo do perfil municipal (2015), entre os seus 75.267 habitantes, 51.378 estão inscritos no cadastro único do Governo Federal, embora apenas 9.504 sejam beneficiados pelo Programa Social Bolsa Família. Nesse município há duas usinas, Usina Santa Clotilde e Usina Central Leão. O plantio da cana-de-açúcar consiste na principal atividade agrícola da cidade. No setor primário de Alagoas, a produção de cana-de-açúcar também destaca-se como a principal atividade da agricultura da região.

Noutro exemplo da realidade das cidades interioranas do Estado, Paulo Jacinto é um município com baixo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), conforme é mostrado no Atlas de Desenvolvimento Humano (2014). De 1990 até 2010, a evolução do IDHM dessa cidade esteve abaixo da média do Estado e no ano de 2010 mais de 40% dos habitantes com mais de vinte e cinco anos de idade eram analfabetos.

Em contrapartida, as informações sobre os aspectos sociais do município de Maceió no âmbito da saúde, educação, emprego, bem como no conjunto de elementos que compõe o índice de desenvolvimento humano, a cidade é a mais desenvolvida do Estado, com IDH mais alto, registrado em 0,721 pelo Censo 2010.

A situação mostrada pelos indicadores das regiões rurais comprova a pobreza material sofrida pela população do sertão e agreste do Estado. A carência dos municípios é apontada nas entrevistas como um impulso para a migração à Maceió, parte das migrantes em busca principalmente de emprego e sem escolaridade, inserem-se na atividade que já tem domínio prático, ou seja, em funções domésticas.

O setor primário é um setor importante na economia do Estado. Em 2014, segundo as informações socioeconômicas divulgadas pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (2017), os principais alimentos produzidos no Estado eram feijão, milho, mandioca, banana, laranja e abacaxi, mas a agricultura local é prejudicada pelo baixo nível tecnológico o qual afeta a produtividade e conseqüentemente a renda do trabalhador rural.

O resultado do questionário aplicado mostrou que entre as dez entrevistadas, metade delas têm mães agricultoras, quatro mães são donas de casa e uma é empregada doméstica. A partir da análise qualitativa do conteúdo, pode-se inferir a predominância da atividade agrícola na variável do estudo que investigou a ocupação da mãe das entrevistadas, com o intuito de pesquisar a atividade feminina de tradição familiar.

Todas as entrevistadas responderam no questionário que recebem até um salário mínimo pelo trabalho doméstico. Em relação à variável escolaridade, seis entrevistadas não concluíram o ensino médio e relataram sentir desconforto ao expor a informação acerca do nível de instrução, e entre as quatro entrevistadas com o ensino médio concluído, três afirmaram que antes de concluir o ensino médio na fase adulta, sentiam vergonha de falar o seu nível de instrução.

O estudo divulgado em 2016 pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego corrobora para a compreensão da relação entre trabalho manual e baixa escolarização. Os dados revelaram uma predominância de pessoas com menos de oito anos de estudo no grupo de domésticas. A maior proporção de trabalhadoras é de mulheres alfabetizadas sem escolarização ou com o ensino fundamental incompleto. Por outro lado, o relatório da pesquisa afirma que as empregadas domésticas, em consonância com os dados da população em geral, têm evoluído no nível de escolaridade.

Tanto no grupo pesquisado neste trabalho, no município de Maceió, quanto nos dados referentes às regiões metropolitanas do País, encontra-se a predominância de trabalhadoras domésticas com ensino fundamental incompleto no grupo de mulheres mais velhas. Entre as quatro entrevistadas que têm mais de quarenta e cinco anos de idade, três delas não concluíram o ensino fundamental. Além disso, o presente estudo é composto por um grupo com quatro entrevistadas com o ensino médio completo, sendo três com menos de trinta e cinco anos.

Como já mencionado, está em processo a elevação do nível de escolaridade, tanto no grupo de empregadas domésticas quanto no grupo da população em geral, por isso a análise qualitativa seguiu aproximadamente o perfil da categoria descrito pelo IBGE.

A fim de evitar transformar a sua identidade pessoal, o sujeito pode tentar corrigir o fato que o coloca em situação de desvantagem, com o intuito de conquistar a posição almejada. Assim, um indivíduo pertencente a uma classe pode elaborar estratégias de ascensão social como, por exemplo, o indivíduo com baixa escolaridade retoma os estudos ou mesmo ou muda de ocupação para uma categoria profissional, isto é, a pretensão por valorização busca o símbolo de prestígio ou de status em oposição ao símbolo de estigma que lhe é degradante.

Há predominância de mulheres adultas no grupo estudado, duas empregadas domésticas têm de 25 a 34 anos e as demais têm mais de 35 anos. No grupo não tem nenhuma trabalhadora com menos de 24 anos. O grupo selecionado está em consonância com o perfil de empregada doméstica predominante, mostrado pelo IBGE, ou seja, trabalhadoras mais velhas.

Entende-se, pois, que o perfil predominante das entrevistadas é composto majoritariamente por mulheres adultas, pardas, de baixa renda, as quais recebem até um

salário mínimo, possui baixa escolaridade, nasceram em cidades do interior e têm mães agricultoras, donas de casa ou trabalhadoras domésticas.

### **2.3. Identidades e Metamorfoses: Estigmatização do Trabalho de Campo e Estigmatização do Trabalho Doméstico.**

Tendo em vista que o trabalho é um fenômeno socioeconômico e além de proporcionar recursos à manutenção da existência física, está relacionado à satisfação das necessidades ideais, o estudo tem como intuito identificar tanto a satisfação das necessidades de subsistência quanto a satisfação das necessidades imateriais.

Por isso, o trabalho doméstico foi estudado para além das condições materiais de existência, uma vez que a satisfação das necessidades mais íntimas dos seres humanos envolve também os aspectos de caráter simbólico, como a experiência da auto realização positiva, respeito social e reconhecimento jurídico.

Almeja-se compreender a auto representação que as empregadas domésticas migrantes têm a respeito das atividades desempenhadas. Para isso, será feita a análise da forma de reconhecimento do direito e o tipo de reconhecimento da solidariedade.

Segundo Axel Honneth (2003), o processo de reconhecimento é construído em três esferas intersubjetivas: o amor, o direito e a solidariedade. O foco do presente estudo será nas duas últimas formas de reconhecimento citadas.

Nas sociedades modernas, o reconhecimento jurídico dispõe ao cidadão o reconhecimento de pessoa de direito. A luta por reconhecimento jurídico é uma luta de reclamar por direitos e por garantia de liberdade, bem como por respeito social. É também uma pressão por uma existência digna de auto respeito, pois, a partir da consciência de se ter o respeito social, cresce nos sujeitos o respeito a si próprio.

Com isso, as condições sociais interferem no auto respeito individual, por essa razão, a relação jurídica está ligada à estima consigo próprio, pois a experiência do reconhecimento jurídico tem o potencial de influenciar a estrutura intersubjetiva da identidade. Sendo assim, a auto realização positiva aumenta junto com o progresso do reconhecimento da pessoa de direito.

No momento, é importante saber aqui apenas quais conclusões se podem tirar preliminarmente da comparação entre o reconhecimento jurídico e a estima social: em ambos os casos, como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas. Daí ser central para o reconhecimento jurídico a questão de como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais, enquanto para a estima social se coloca a questão de como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o “valor” das propriedades características (HONNETH, 2003, p. 187).

Partindo do pressuposto que, quando o sujeito pode referir-se a si mesmo como sujeito com direitos iguais aos demais, desenvolve-se a auto relação positiva e goza-se do sentimento de liberdade mediante a autonomia juridicamente garantida, o valor das próprias capacidades cresce enquanto a insegurança manifestada em inibições psíquicas, entre outras angústias, regride a partir do reconhecimento recíproco. As transformações na auto representação da categoria após a contratação legal são perceptíveis na fala de uma das entrevistadas:

No começo eu não tinha noção do que era ser uma empregada doméstica, para mim eu trabalhava numa casa que as pessoas tinham a vida melhor do que eu, que eu tinha que lavar, passar, cozinhar e ao chegar no fim do mês eu iria receber um salário (não correspondia ao valor de um salário mínimo). Somente aos 22 anos eu recebi o meu primeiro salário (salário mínimo), aí que eu tive noção do que era ser empregada doméstica. Só quando a minha patroa me mostrou os meus direitos, foi que eu percebi que eu sou uma trabalhadora como qualquer outra, porque até então eu apenas era uma trabalhadora que lava e passa, eu não tinha noção até eu poder falar que eu tenho um trabalho com carteira assinada (Empregada doméstica, natural de Novo Lino, 27 anos).

Informações dos indicadores do IBGE (2015) demonstram o crescimento no número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada. No ano de 2015, havia seiscentos e uma mil trabalhadoras domésticas com carteira assinada, equivalente a 41,8%. Quando comparado aos dados de anos anteriores, constata-se o crescimento gradativo no número de formalização do emprego, em 2003, o percentual era de 35,2%, logo, houve crescimento de 6,6% ao longo de treze anos. O *corpus* analisado nesta pesquisa é composto, majoritariamente, por trabalhadoras com carteira assinada, das dez entrevistadas, oito têm a carteira de trabalho assinada.

Grosso modo, as entrevistadas não demonstravam em suas falas a presença de sentimentos estigmatizados por compor a categoria trabalhista. Realizando uma análise da relação dos símbolos do percentual de entrevistadas com carteira assinada e do percentual de trabalhadoras que sentem constrangimento em declarar a sua categoria profissional, pode-se

inferir que, o reconhecimento social da pessoa de direito, nesse caso, a trabalhadora doméstica legalmente reconhecida, repercute positivamente no auto reconhecimento da categoria.

A terceira forma de reconhecimento apresentada por Honneth, a solidariedade, trata do nível de integração social que funciona como modo de avaliação moral das singularidades pessoais de cada sujeito. Quando a estima social permite ao sujeito compreender a si mesmo de modo positivo, significa dizer que a personalidade e as propriedades individuais contribuem à realização de objetivos sociais, com isso as capacidades pessoais permitem ao sujeito a honra e o prestígio social. A relação entre reconhecimento do direito e a solidariedade pode ser encontrada na fala descrita a seguir:

Eu vim para Maceió mais para batalhar atrás de emprego. Eu saí de lá porque não tinha opção de emprego na minha cidade. Ser empregada doméstica na capital é outra coisa, você tem os direitos garantidos como qualquer outra trabalhadora normal, já no interior não, lá ninguém paga um salário para empregada doméstica. Quando eu vou para o interior levo umas roupinhas bem arrumada. Só de chegar lá e o povo saber que você mora na cidade já dá uma moralzinha, os meninos ficam tudo olhando (Empregada doméstica, natural de Novo Lino, 27 anos).

A estima social atribuída a cada um, por sua vez, repercute no modo pelo qual o sujeito se auto reconhece, visto que a valorização social da singularidade pessoal constrói a auto compreensão do valor do sujeito para sociedade. Dessa maneira, os sujeitos sentem-se valorizados quando são definidos positivamente perante a avaliação social.

A solidariedade trata-se da gênese da identidade do “eu”, constituída através da estima social que permite ao sujeito se auto perceber a partir das realizações de objetivos sociais. O prestígio social serve de sistema referencial na avaliação da personalidade individual e permite ao sujeito mensurar o seu estágio de desenvolvimento das capacidades pessoais, mediante a comunidade de valores.

A estima atribuída a cada um repercute no modo pelo qual o sujeito se auto reconhece, visto que a valorização social da singularidade pessoal colabora na constituição do auto respeito. Dessa maneira, a consciência do valor social de um sujeito é manifestada pela significação de suas ações práticas, simbolicamente hierarquizadas pela coletividade.

As propriedades da personalidade pelas quais a avaliação social de uma pessoa se orienta sob essas concepções não são, por isso, aquelas de um sujeito biograficamente individualizado, mas as de um grupo determinado por *status* e culturalmente tipificado: é o seu “valor”, resultante por sua vez da medida socialmente definida de sua contribuição coletiva para a realização das finalidades

sociais, aquilo por que se mede também o valor social de seus respectivos membros (HONNETH, 2003, p. 201).

A estima social é orientada com base no critério de capacidade e realização honrosa para o meio social. Assim, o prestígio ou estima social segue uma escala estratificada pela cultura, a qual dota de valor o sujeito a partir da tarefa social que ele desempenha, com base no nível de potencialidade à realização das finalidades sociais.

A dimensão do direito trabalhista encontra-se como uma conquista na esfera do reconhecimento da pessoa de direito, a qual repercute na satisfação com o pertencimento à categoria. O sujeito reconhecido como pessoa de direito considera-se uma pessoa que possui o respeito dos demais e pode, com isso, participar juntamente com a coletividade da constituição discursiva da vontade do grupo.

Assim, também é dado ao sujeito o poder de reclamar por direitos. Trata-se, pois, de um reconhecimento universal da pessoa moralmente imputável, a qual leva ao desenvolvimento do auto respeito na medida em que entende-se o alcance do respeito social. Do contrário, quando não se é legalmente possuidor de direitos, o sujeito encontra-se vulnerável à exploração e a outras situações de desrespeito, conforme é privado de usufruir dos direitos fundamentais.

O trabalho doméstico é composto majoritariamente por mulheres sem especialização, em razão disso a atividade pode ter baixo prestígio social, mas, por outro lado, está em curso um processo de aperfeiçoamento normativo de reconhecimento positivo do trabalho doméstico remunerado por meio da formalização do serviço.

A conquista dos direitos trabalhistas indica transformações socioestruturais, ou seja, está havendo mudanças sociais e econômicas em benefício da categoria profissional, por meio da saída da situação de estigma do trabalho informal e partida para a auto realização do trabalho com carteira assinada.

Honneth ao escrever sobre o direito civil, demonstra o quanto o reconhecimento do direito reflete nas relações sociais, bem como na situação intersubjetiva pessoal de cada indivíduo, uma vez que o indivíduo tem necessidade de sentir-se valorizado em seu trabalho para se reconhecer de modo positivo. Investigou-se o potencial que o reconhecimento jurídico exerce sobre o auto reconhecimento das empregadas domésticas, no tocante a avaliação da

estima que as trabalhadoras têm em suas capacidades e a representação de sua identidade a partir do trabalho desempenhado.

**CAP. 03.**  
**EXPERIÊNCIAS DO CUIDAR DO LAR DE OUTREM:**  
**PROBLEMATIZANDO O EMPREGO DOMÉSTICO**

Neste capítulo será realizada a problematização do campo de investigação através da apresentação do estudo sobre a rotina das empregadas domésticas, tendo em vista que há um elo entre a compreensão do auto reconhecimento da empregada doméstica e o estudo de sua rotina de trabalho. Para alcançar o entendimento do auto reconhecimento da empregada é preciso conhecer o seu cotidiano laboral. Pesquisar a rotina do objeto de estudo foi um meio pensado para chegar ao conhecimento da representação que o grupo constrói com base na análise conjuntural de sua situação de trabalho.

As três primeiras entrevistas foram realizadas de acordo com o método *snowball* (bola de neve), mas a cadeia de informantes chegou rapidamente ao fim, esgotou-se. Então, as demais entrevistas foram realizadas em um local de circulação de empregadas domésticas, em frente a um prédio de quinze andares, no bairro do Pinheiro, bairro de classe média, em Maceió.

Foi escolhido esse local em razão do contato de aproximação com o porteiro do edifício que, por sua vez, indicou quem eram as empregadas domésticas que ali trabalhavam. Foram realizadas sete das dez entrevistas na recepção do prédio. Em razão de algumas passarem atrasadas para o trabalho, a pesquisa de campo também aconteceu no período da noite, quando elas saíam do serviço.

Ao serem questionadas sobre a rotina de trabalho, as respostas foram diversificadas. Há quem não tenha horário para começar nem para terminar, porque mora na residência e quando tem visita na hora do jantar, a jornada de trabalho estende-se mais ainda, sem que sejam contabilizadas horas extras pelo desempenho do serviço realizado.

Há quem destaque outros aspectos da rotina como, por exemplo, o passo a passo seguido diariamente de sair de casa e a volta do trabalho: "Pego ônibus sete horas. Faço tudo, arrumo a casa, faço almoço, eu faço tudo. É legal, eu gosto do meu trabalho" (Empregada doméstica, 42 anos, 2017).

No que se refere ao relacionamento com os patrões, cada relação de trabalho se desenvolve de um modo diferente a depender tanto da empregada doméstica quanto do patrão.

A relação não é moldada por uma influência maior da abertura com os patrões por eles serem os detentores de maior força de influência, sobretudo a patroa, a figura feminina que gerencia o trabalho de outra mulher cuidadora do lar. A relação majoritariamente se explica, ao que notamos em campo, pelas duas partes, tanto da abertura inicial dos patrões quanto da resposta da empregada que pode recuar pensando que ali não é o ambiente dela ou pode, ao contrário, se reconhecer como parte relevante que compõe o ambiente. "Eu nunca saí para restaurantes com eles. Quando estou em público com eles eu não gosto muito não, mas é porque eu sou acanhada. Eles me incentivam a aparecer e eu gosto mais dos bastidores." (Empregada doméstica, 45 anos, 2017). Existem patrões que cotidianamente saem para restaurantes e levam as empregadas para comerem na mesma mesa, três das interlocutoras disseram que vão para restaurantes com eles.

Há patrões considerados ótimos até os considerados horríveis. "São ótimos, gosto muito deles. Se eu chegar tarde ela chega e conversa comigo, são pessoas bem-educadas." (Empregada doméstica, 42 anos, 2017). A diferença não está nas condições de trabalho, mas sim no modo como as tratam no cotidiano laboral. É o tipo de relação personificada que define os patrões em bons ou ruins.

As interlocutoras foram perguntadas sobre a vantagem de ser empregada doméstica. Essa resposta foi a que elas demoraram mais tempo refletindo para depois encontrarem alguma resposta como: Não trabalhar no domingo, a autonomia na cozinha, gosto pelo trabalho que já domina a técnica a muitos anos, liberdade conquistada na relação com aquele grupo, ter um emprego, aprendizagem, ter pouca despesa no caso daquelas quem moram no trabalha e três não encontraram nenhuma resposta.

Já sobre as desvantagens as respostas foram: preconceito, horário de segunda a sábado, relacionamento com os patrões, morar na casa e não ter liberdade, cuidar do filho alheio e não se dedicar à criação dos próprios filhos, salário baixo. As falas destacavam principalmente a falta de tempo para si mesmo. Disse uma delas "É que eu não vou para casa todos os dias. Você se dedica muito aquela criança e deixa de viver a sua vida. Eu só tenho vida própria quando estou de folga. Nos dias de semana quando é à noite eu já estavou morta" (Babá, 28 anos, 2017).

A principal queixa apresentada por elas é a falta de tempo para si mesmo e para a sua própria família. Cuidam da família alheia e contam com a colaboração de outras pessoas,

parentes ou não, para cuidar de seus filhos. "Eu não criei os meus filhos, eles foram criados pela vó. Eu só vejo eles de noite. O que eu desejava era um trabalho de só um horário para eu ter o outro horário para ficar com eles, mas isso aí é muito difícil" (Empregada doméstica, 44 anos, 2017).

O campo se mostrou complexo em dois pontos principais: elas demonstram nas falas que gostam do que fazem, se dizem satisfeitas com o trabalho e, no geral, naturalizam o valor de um salário mínimo recebido pela categoria. Diante da revisão bibliográfica a qual apontou grande precarização do serviço doméstico, imaginamos encontrar em campo muitas reclamações a respeito da execução do serviço. Contudo, o campo exibiu contradições na perspectiva das domésticas, pois ao mesmo tempo em que dizem gostar do que fazem afirmam também que se tivessem tido a oportunidade de estudar estariam em outras categorias de trabalho.

Geralmente, as entrevistadas falaram que acham que um salário mínimo é o justo para a categoria. "Para a minha função de doméstica é o certo" (Empregada doméstica, 42 anos, 2017). A empregada doméstica de Santana do Mundaú se comparou com as trabalhadoras que recebem menos de um salário e com isso justificou a sua satisfação em receber "certinho" um valor que segundo suas palavras dá para sobreviver. Mesmo a empregada doméstica que não recebe um salário mínimo disse estar satisfeita com o valor recebido porque nada lhe faltou em razão de morar na casa de uma "prima-patroa" e ter pouca despesa.

Duas acharam pouco o valor que recebem, sendo que uma delas queria que aumentasse o valor do salário mínimo, mas naturalizou o fato de receber um salário mínimo. Apenas uma disse, enfaticamente, que o salário mínimo é muito pouco para a categoria. Essa concluiu o ensino médio e está procurando emprego em empresas no ramo de limpeza. Entende-se que para ela trabalhar no ramo de limpeza é uma evolução, pois deseja trocar de ocupação já que concluiu o Ensino Médio.

Eu acho que a gente vale mais porque é um trabalho muito forçado. Não é porque outro trabalho numa empresa que é melhor não. Trabalho é trabalho. É esforço, é corrido no dia-dia, você não para. É de segunda a sábado. Você tem só descanso no domingo (Empregada doméstica, 45 anos, 2017).

A primeira interlocutora morava com o patrão, mas o mesmo faleceu e está desempregada. No último emprego, ela ia para o interior onde mora seus parentes, Novo Lino-AL, de quinze e quinze dias. Cuidava da casa e também do cachorro.

A segunda interlocutora é uma babá, embora more no emprego, ela tem o horário fixo para começar a trabalhar e terminar as atividades. Trabalha exclusivamente como babá. A residência tem também uma cozinheira, localiza-se em um bairro socialmente conhecido como de classe média alta, Ponta Verde. Na residência tem o seu espaço particular, um quarto e um banheiro próximos à cozinha.

A terceira interlocutora está aposentada, mas continua morando onde sempre morou, na casa da prima. Disse ela que sua principal atividade é a jardinagem. Foi perguntado se ela ajuda nas despesas de casa com a aposentadoria que recebe, ela respondeu de forma negativa. Informou ainda o recebimento menor do que um salário mínimo pago pela prima, mas a mesma paga o seu plano de saúde e quando elas viajam todas as despesas são pagas pela "prima-patroa". Contou com entusiasmo que a "prima-patroa" lhe tem como uma irmã.

A quarta entrevistada detalhou os serviços domésticos como de costume, foi a resposta mais próxima da geral. Relatou o horário que inicia e conclui os trabalhos, assim como as atividades realizadas, tais como cozinhar, arrumar a casa, lavar e passar a roupa.

A quinta empregada doméstica disse ser muito bom o emprego e falou com tom de orgulho que nunca discutiu com o patrão, porque estando certa ou não ela permanece calada e acha besteira os motivos para uma discussão.

A sexta, uma babá, além de cuidar pontualmente de uma criança, realiza atividades domésticas gerais. Trabalha como babá desde os quinze anos de idade. Diz ela: "Eu sempre dependi de mim, eu não dependia da minha família para me ajudar. Eu sempre gostei de trabalhar" (Empregada doméstica, 45 anos, 2017).

A sétima empregada doméstica é cuidadora de uma deficiente visual. Disse que trabalha como cuidadora à tarde e à noite, pois durante o período da manhã a empregadora está no trabalho. Faz o trabalho em casa mesmo, porque mora ali também, dirige, faz as compras de casa e coloca-se à disposição para ajudar em tudo que for necessário.

A oitava empregada doméstica mora no emprego com o filho. Sai de casa aos domingos para não trabalhar, pois se ficar, a patroa atribui muitas tarefas para ela. Trabalha como cozinheira e também faz o serviço de limpeza. Relatou que começou a trabalhar e a viver com os patrões por não ter alternativa. Aos dezoito anos de idade migrou da cidade de Paulo Jacinto, localizada no interior do Estado de Alagoas e foi trabalhar em casa de família.

Na época, seu patrão pagava menos de um salário mínimo e o valor recebido não garantia a ela o mínimo necessário para custear as despesas de manutenção de uma moradia própria. Passados trinta e seis anos, a trabalhadora ainda encontra-se na mesma condição, mora na casa do patrão e seu salário é inferior ao valor do salário mínimo atual. A entrevista narrou como foi o primeiro contato com o outro grupo e a sua experiência de redefinição territorial.

Na mesma semana que eu comecei a trabalhar já quis voltar para minha casa, chorava muito por saudades de todo mundo. Eu nunca tinha saído de perto da minha família. Foi estranho chegar em um lugar onde eu não conhecia ninguém. Mas, na segunda semana eu já estava mais adaptada e estou aqui até hoje (Empregada doméstica, 54 anos, 2016).

A nona entrevistada estava satisfeita com o valor do seu salário, pois esteve desempregada durante dois anos e há três meses está trabalhando. Para ela estar trabalhando já representa uma satisfação, e também pelo motivo de ter pessoas que recebe menos.

A décima mora em um bairro afastado de seu local de emprego, por isso acorda cedo para se deslocar do bairro do Benedito Bentes até seu local de trabalho, no bairro do Pinheiro. Contou que em São Paulo sua rotina era ainda mais difícil, trabalhava das seis horas da manhã até às dezenove horas.

O grupo recebe, no geral, um salário mínimo, total de oito das dez interlocutoras. Apenas uma recebe mais de um salário e a outra recebe menos de um salário. São hoje, majoritariamente, mulheres com mais de trinta anos de idade e que residem em bairros populares da cidade e sete delas têm filhos.

Em relação à escolaridade, o quadro distribui-se de forma equilibrada entre as que têm o ensino fundamental incompleto até aquelas com o ensino médio completo. Três possuem o Ensino Fundamental Incompleto, uma o Ensino Fundamental Completo, três o Ensino Médio incompleto e três o Ensino Médio completo. Elas convivem diariamente com

peças de outra classe social, os patrões, no interior do ambiente doméstico, cuja paradoxal relação implica em intimidade e distanciamentos.

Naturalizaram que executam um trabalho que é típico de pessoas que não estudaram e carregam o desejo de ter uma outra profissão. "É uma coisa para quem não estudou, eu nunca gostei de estudar mesmo. Se eu tivesse formação em alguma coisa lógico que eu ia preferir ter outra profissão." (Empregada doméstica, 42 anos, 2017). A entrevistada lamentou não ter tido oportunidade de estudo, citou que na cidade do interior onde nasceu o colégio abrangia apenas o ensino primário. Diz outra entrevistada "Se eu tivesse estudado eu poderia ter um trabalho melhor. Ainda tentei estudar, fazer supletivo, mas eu não consegui acompanhar.". (Empregada doméstica, natural de Paulo Jacinto, 49 anos).

No curso da investigação, examinando a dimensão analítica da entrevistada que trata do sentimento de constrangimento em compor a categoria profissional, apreendemos uma sensação de constrangimento velado, ou seja, existe um constrangimento em anunciar o constrangimento. Nove das dez entrevistadas pelo questionário expressaram que o trabalho que exercem é um trabalho tal como qualquer outro trabalho digno e honesto.

Ao interpretar os enunciados expostos pelas entrevistadas notou-se que facilmente elas relatam que se orgulham de ter a carteira de trabalho, mas no tocante aos constrangimentos que sofrem no exercício do trabalho somente após se alcançar certo nível de confiança o fato é relatado.

Em duas entrevistas foi percebido que primeiro houve o destaque dos aspectos positivos da ocupação de empregada doméstica e, posteriormente, ainda com receio sobre quem seria informado sobre a mensagem que ela trazia, foi exposto que não era bem assim o cotidiano do trabalho. Por exemplo, a trabalhadora inicialmente relatou que se sentia como membro da família, pois em uma dada ocasião ao apresentar dores provocadas por cólica menstrual foi medicada por sua patroa que a pediu para que se deitasse na cama que pertencia à patroa, tendo em vista que essa casa não tinha "quarto de empregada". Já no fim da entrevista destacou que não é bem como havia falado anteriormente, que apesar do fato de ter sido tratada de modo cuidadoso em um momento de enfermidade, em outros momentos ela sofria com a recepção da patroa que às vezes "botava uma cara feia" e a relação entre as duas era conturbada por frequentes discussões.

Ao conviver com outro grupo familiar, a família dos patrões, ocorrerá a intersecção de dois círculos sociais. Os grupos dos quais fazemos parte contribuem na constituição do eu conforme assimilamos os sistemas de significados que são próprios do grupo. Em contrapartida a identidade individual apresenta características particulares, são características que aderimos a partir da intersecção com outros grupos. Por exemplo, a empregada doméstica carrega em seu íntimo as características do seu grupo de origem, de sua família. Essas características constituem particularidades de sua identidade. A partir dessa intersecção a empregada constituirá a singularidade de sua identidade construída pelo cruzamento de ambos os sistemas de coordenadas dos grupos, em razão de cada grupo constituir um sistema de coordenada típico que exerce influência sobre seus membros. Logo, a trabalhadora transforma o seu eu a partir da convivência com a família dos patrões, mas ainda preservará parte das características próprias da sua família de origem. Todo o processo de construção de identidade envolve similaridade e diferenciação em relação ao grupo e a troca simbólica é um mecanismo crucial de socialização.

Bourdieu (1996) ao tratar do espaço social afirma que os agentes se localizam conforme os princípios de diferenciação, a partir da posse de capital econômico e cultural. Os agentes se aproximam ou se distanciam com base nessas duas dimensões, assim são construídas as distâncias sociais. No espaço social os agentes são distribuídos de acordo com o volume global de capital. Nesse sentido, o *habitus* consiste em um sistema de práticas distintas e distintivas incorporadas pelos agentes. Por isso, o *habitus* define diferentes posições no espaço social. A cada classe de posição corresponde um *habitus*, conjunto de bens, gostos, práticas e estilo de vida, gerado pelos condicionamentos sociais. Sendo assim, cada *habitus* é diferenciado e serve como um fator diferenciador, ou seja, é um operador de distinção.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de pratica-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressa-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (Bourdieu, p. 22, 1996)

No caso estudado, as empregadas domésticas e seus patrões têm diferenças nas práticas; nas opiniões e nos bens de consumo; ocupam posições diferentes no espaço social; incorporam princípios de visão e de divisão distintos; e convivem cotidianamente no ambiente privado.

Ainda no tocante às relações entre patrões e empregadas domésticas, foi exibido nos cinemas brasileiros, em 2015, o longa-metragem “Que horas que ela volta?”; no filme a empregada doméstica é imigrante, natural de Pernambuco e vai trabalhar na cidade de São Paulo. A partir da exibição do filme, emergiu na sociedade, a reflexão a respeito da contrariedade do discurso expressado pelos patrões, os quais por um lado defendem verbalmente o sentimento de pertença da empregada à família, mas por outro lado, o cotidiano de trabalho revela a situação subalterna da qual a empregada é submetida.

As técnicas cinematográficas consistem em um relevante recurso de comunicação e nesse caso o cenário em consonância com os personagens representam uma trama que contribui para a reflexão sobre o cotidiano das empregadas domésticas e as problemáticas da ocupação. A história apresenta os conflitos derivados da fusão da atividade doméstica com a intimidade da vida privada.

Nas cenas do longa metragem é vista a paradoxal relação de intimidade e distanciamento estabelecida entre os patrões e a doméstica: “Aonde já se viu, filhos de empregados sentar na mesa dos patrões?” (2015). A relação ambígua entre o afeto e a subordinação torna-se complexa em razão do contato estreito entre as partes, pois a proximidade no espaço e distanciamento na relação faz pensar até que ponto a casa do patrão é também o lugar da empregada. O filme retrata um drama recorrente no país, a profissão de subserviência de mulheres da classe baixa e a dificuldade em manter relações formais dentro do ambiente doméstico.

Entre as problemáticas do filme, destaca-se o sentido implícito na situação de incômodo gerado na proximidade entre o rico e o pobre, sintoma simbólico de ressentimento de classe definido por Dunker (2015) como o mal-estar, resultado da complexa relação singular, na qual há segregação e aproximação de classes opostas convivendo regularmente.

No caso do ambiente doméstico, cujo sentido simbólico é a representação do lar, o mesmo é também local de trabalho e, por isso, o contato é estabelecido por regras jurídicas e pelo senso de convívio social específico de cada família. O elemento diferencial que caracteriza o trabalho doméstico é justamente o fato que, por um lado ocorre o convívio próximo, mas por outro, existe a divisão de classes antagônicas, cujo resultado é, frequentemente, uma relação por vezes indesejada e contraditória no ambiente privado, o qual consiste em um espaço mais delicado.

Em razão de haver variação no modo como cada residência é administrada, bem como a existência de diferentes níveis de abertura para o contato pessoal de casa para casa, de patrão para patrão, o trabalho doméstico é dotado de peculiaridades, as quais exigem a adequação da trabalhadora no exercício do trabalho, que carrega elementos da relação do tipo interpessoal mais íntima. Isso porque o relacionamento no interior de um lar é composto por uma dimensão afetiva diferente de um relacionamento de trabalho em locais como, por exemplo, uma empresa. Sabe-se que a relação entre grupos heterogêneos pode gerar uma relação conflitante, ainda mais quando se trata de uma relação de dominação e subordinação.

Pode-se observar uma situação de ressentimento de classe na cena que Dona Bárbara, representa a figura da patroa, refere-se à Jéssica, filha da empregada, como coitadinha, pois sendo ela aluna de escola pública, prestará vestibular para um curso bastante concorrido. Ali a patroa demonstra a incredulidade na aprovação da jovem.

Pertencente ao grupo menos favorecido e de origem nordestina, a personagem migra para o Sudeste com o intuito de morar com a mãe para prestar vestibular. Mais à frente, outra cena exhibe a alegria da empregada devido a aprovação da filha no vestibular para o curso de Arquitetura. A análise da circunstância permite notar o desconforto que a notícia provocou na patroa, principalmente por causa do insucesso de seu filho reprovado na primeira fase da seleção.

Vê-se também, a elite que teme ver ferido o status de superioridade e com isso perder os privilégios próprios da classe. Deve-se ressaltar também o triunfo da nota alta atingida por Jéssica, abrangendo o reconhecimento positivo da menina que, diferente de sua mãe, trilha uma trajetória com melhores perspectivas de vida, a partir do avanço no âmbito da igualdade de oportunidade no Brasil.

“O País está mudando mesmo” (2015). Nessa fala da patroa observa-se outro aspecto relevante do roteiro, a ruptura com a manutenção tradicional de capital cultural, a qual representa o resultado da implementação de políticas públicas de inclusão social do governo Lula (PT) na educação superior, com vista a ampliar o acesso ao ensino superior. Entende-se que, tal política pública refletiu nas transformações da distribuição dos bens culturais, mas a universidade não é, como outrora, reservada para o estudo dos filhos pertencentes às famílias das classes mais favorecidas.

Elias (2000), ao estudar a relação de poder expressa na desigualdade social, traça a distinção entre estabelecidos, grupo de posição de prestígio social e reconhecido como tradicional, e outsiders, grupo visto socialmente como desviante e portador de estigmas. A identidade social desses dois grupos era bem diferente, apesar de ser Winston Parva, a cidade pesquisada, uma sociedade homogênea no tocante à escolaridade, tipo de ocupação e situação econômica. Foi notado que os outsiders sofriam de exclusão da vida social em razão de serem recém-chegados na sociedade e por isso foram vistos como pessoas de menor valor humano. A virtude de superioridade era atribuída apenas aos membros do grupo dos estabelecidos, que se auto-representavam como os mais poderosos. Ocorre que também os outsiders passaram a reconhecer os estabelecidos como humanamente superiores.

A legitimação da ideologia que distingue os dois grupos em um patamar hierarquizado, justificado no sentido de um carisma grupal, é interiorizado por todos e compartilha-se a ideia de que existem indivíduos humanamente superiores e outros inferiores. Isso faz com que os sujeitos se enxerguem tal como foi socialmente posto e reproduzam o ideal de uma espécie humana melhor em detrimento da outra espécie que será marginalizada e tida como "os de fora".

A análise dos dados coletados apresentaram a aproximação e os sentimentos afetivos derivados do contato com a família dos patrões que não anulam a diferença entre a forasteira e os nativos, a subalterna e os seus dirigentes, entre os membros do grupo e a agregada. O convívio íntimo entre patrões e empregada é caracterizado pela ambivalência da interação, entre a individualidade e o nivelamento da coletivização que ordena a subjetividade com base na lógica do grupo.

Goffman (2004) chama de contato misto as situações onde o grupo estigmatizado e os normais interagem. Nos casos estudados são dois grupos de classes sociais distintas que trabalham em ambiente onde acontece a vida íntima e privada da família. Há situações de conflito pela própria situação de contato misto. Por isso, também, elas relatam que se pudessem ter a oportunidade de estudar estariam em outra ocupação.

No caso aqui estudado, no contato entre patrões e empregadas domésticas, as empregadas demonstraram interesse em serem vistas de valor humano igual aos patrões. Assim, não querem ser consideradas pessoas de menor virtude ou de valor humano inferior. Entende-se, pois, que a consciência individual está em consonância com a biografia do

indivíduo, com os grupos no qual o sujeito se intersectou e com os resultados do processo de aculturação derivados do cruzamento entre os diferentes grupos que ele compõe. A intersecção dos círculos interacionais tem efeito duplo, alicerça a integração social e provoca conflitos de identidade em razão do pertencimento a diferentes seguimentos sociais, principalmente quando o indivíduo pertence a grupos opostos, como é o caso da empregada doméstica. Os relatos empíricos demonstram a lógica binária, cujas relações de trabalho envolvem aspectos de amor e conflito, extremos da nuance da interação entre as partes dentro do espaço doméstico, da inclinação emocional afetiva recíproca até a resistência. A relação entre as partes não é totalmente harmônica, no interior do trabalho doméstico a relação assume a forma hierarquizada.

A interação derivada da intersecção dos círculos é ambígua, gera simultaneamente um processo de individualização e de coletivização (SIMMEL, 1987). Segundo o autor a intersecção dos círculos sociais gera o processo de aculturação, cuja troca material e imaterial entre os indivíduos representa uma forma de intercâmbio cultural, mas os sujeitos são também seres que têm individualidade e guardam um estoque inalterado de liberdade do pensamento na consciência individual. Dessa forma, o eu é construído em movimento ambivalente na matriz de interação onde a vida social se desenvolve, pois os indivíduos se cruzam e se inserem em um jogo constante de negociação simbólica durante as relações de socialização, com vista a satisfazer tanto a necessidade de se assemelhar ao grupo quanto à necessidade de se diferenciar do grupo. Cada grupo tem características que individualiza o sujeito uma vez que na formação da personalidade o indivíduo mescla a combinação de características de cada grupo ao qual pertence e realiza uma síntese das subjetividades dando origem a sua própria subjetividade, nova e singular.

A relação entre as partes é ambígua e varia constantemente do conflito ao afeto, composta de resistência e submissão, intimidade e distanciamento. Quando questionada acerca da relação com a família dos patrões a trabalhadora respondeu:

Eles dizem que eu sou como da família, mas eu não me sinto. Eu almoço na mesa, não junto com eles, espero eles almoçarem primeiro para depois eu e o meu filho comer. Eles até me chamam quando tem uma festa ou alguma comemoração, mas eu prefiro não participar (Empregada doméstica, 54 anos, 2016).

Está intrínseca a ação de recusa em se fazer presente nas festividades, bem como no fato da empregada não se incluir junto à mesa durante as refeições cotidianas da família dos patrões, aparecendo a delimitação do seu lugar no espaço e a situação do não-lugar. Ou seja, o

relato da entrevistada representa a auto-exclusão da trabalhadora por não reconhecer no ambiente o seu lugar, visto que em sua percepção a festa não lhe é conveniente. A rotina durante as refeições manifesta a negação de compartilhamento conjunto dos momentos íntimos que são vivenciados apenas pelos consanguíneos.

Carrieri (2015) afirma que a dimensão do sentimento de pertencimento a um território, a identidade territorial, pode ser compreendida com base no poder que o sujeito exerce no lugar. O espaço aparece como apropriado na medida em que o sujeito tem autonomia para exercer algum tipo de poder no ambiente. Ora, nós pertencemos ao território que nos pertence, ali temos liberdade de ação. Isso explica que a desigualdade de poder gera a sensação de incômodo no sujeito que se sente desfavorecido, excluído ou anulado no território.

O poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1999, p.89)

Sendo assim, as relações de poder são materializadas no espaço e elucidam os entraves, as desigualdades e as forças que hora se complementam e hora se opõem. “O poder sempre implica em relação, é a capacidade de decisão sobre o outro. O poder constitui uma relação social” (Dias, 2013).

Ao tratar de reconhecimento estamos tratando também dos territórios em que o sujeito se identifica, mas a identificação com o território variará conforme a qualidade da relação social construída no ambiente, isso porque os indivíduos ligam-se aos lugares e também às pessoas que ali habitam. Ao se inserir junto a uma nova família a doméstica transpassa do seu lugar ao lugar do outro, o sentido do seu lugar passa a ser compreendido como os seus lugares, a pluralidade do lugar está além do aspecto físico e geográfico das mediações espaciais. O significado do território consiste na materialização das estruturas de poder e da manifestação concreta do trabalho e da divisão deste trabalho.

Na posição da empregada doméstica o local de trabalho transcende a relação formal trabalhista. O ambiente doméstico é composto por carga afetiva própria do sentido de ser família, têm vicissitudes na interação social e compõe a identidade da trabalhadora. As estruturas mentais formulam, baseadas nas interações com o outro, a identidade pessoal

juntamente com a identidade grupal, ou seja, o processo de auto-percepção é desenvolvido em consonância com o processo de socialização. Logo, a vinculação da pessoa ao grupo e ao lugar identitário constrói a identidade pessoal, posto que a experiência de viver em conjunto, de trabalhar no ambiente privado, de formar laços afetivos e todo o processo de assimilação com o outro grupo proporciona sentimentos íntimos que estão ligados aos sentidos do senso coletivo e cria-se, assim, a identidade dos sujeitos e a sua subjetividade em consonância com a coletividade.

A paradoxal relação é refletida em respostas complexas como, por exemplo, quando perguntamos a uma interlocutora se ela estava satisfeita com o seu trabalho. A entrevistada não soube precisar se sim ou não, contando momentos de satisfação e insatisfação. Notamos a importância da entrevista em profundidade para examinar o processo de auto-realização destas trabalhadoras, pois ainda que quase todas respondessem que gostam da atividade que desempenham, cada uma delas tem em mente, em sonho, uma profissão outra que gostaria de exercer e carregam as frustrações de não terem estudado para tal.

O que houve de mais comum nas entrevistas sobre a rotina de trabalho dessas trabalhadoras foi a distinção de papeis, é feito simbolicamente por elas em relação ao contato com os patrões. "É aquela coisa: babá é babá e patrão é patrão, tem que saber separar sempre" (Empregada doméstica, 28 anos, 2017).

Ao serem questionadas sobre em qual lugar da residência elas almoçam, no geral, esperam os patrões almoçarem para depois comerem a refeição: "Eu almoço depois deles, nunca gostei de estar misturando as coisas. Me tratando bem para mim está ótimo" (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017).

Elas delimitam com frequência os lugares que lhes cabem, evitam parecer intrusas e ocupam os espaços que parece mais apropriado. "Eu como por último no meu quarto. Mas, não são eles que mandam não, é uma coisa de mim mesmo. Ela (a patroa) deixa bem claro que eu posso comer a hora que eu quiser. Mas, eu que não gosto mesmo" (Empregada doméstica, 44 anos, 2017).

Nessa pergunta houve variações: há quem coma na copa e há quem almoce junto com eles. "Junto com eles, tudo é junto com eles. Nos restaurantes, nas festas é junto com eles como pessoa de casa, da família, é irmã mesmo" (Empregada Doméstica, 65 anos, 2017).

Essa questão revela a postura adotada pela empregada no que se refere ao nível de aproximação ou de distanciamento da família para quem se trabalha. Compreende-se então a relação feita por duas ou mais pessoas e o modo como ela se dará dependerá do comportamento das partes envolvidas. Nesse caso, não depende somente da regra de conduta criada pelo patrão em sua postura de contratante, mas varia da subjetividade da empregada, o modo como ela entende o seu lugar.

A situação de aproximação ou de distanciamento não depende unicamente do patrão, mas também da abertura da empregada e da lógica que estrutura a relação. Existe quem estabeleça um distanciamento, por acreditar ser mais apropriado ou quem goste de sentir-se totalmente inserida no grupo como parte de um todo.

Nota-se uma diferenciação entre as que trabalham a mais ou menos tempo na residência dos patrões. Entre as empregadas com muitos anos na mesma residência, a intimidade e vinculação são maiores, enquanto as que trabalham a menos tempo, o entrosamento, geralmente, é menor.

Entre as dez entrevistadas, três disseram sentir-se mais à vontade na casa do patrão do que na casa de seus familiares, essas dormem no emprego. Duas delas trabalham na mesma residência a mais de quarenta anos e desenvolveram uma espécie de dedicação emotiva. A terceira não relaciona-se bem com o padrasto e prefere estar no trabalho e viajar para o interior de onde é natural apenas para passeio. Uma delas relata o momento em que nasceu o seu filho.

Fiquei grávida. O meu período de gravidez foi uma barra porque eu engravidei sem casar e a minha patroa não aceitou, ela queria que eu levasse o Lucas para o interior para a minha família cuidar. Até que nasceu o Lucas, o meu filho. Ela não queria que o Lucas ficasse na casa dela, ficava sempre perguntando “E aí você vai fazer o que quando o menino nascer? Você já pensou no que vai fazer com a criança? Eu respondia que eu não sabia o que fazer. Foi o meu patrão que aceitou que o Lucas ficasse, ele dizia que eu não ia fazer nada porque ali era a minha casa. Depois que o Lucas nasceu ela tirou a moça que trabalhava como lavadeira e passadeira e deixou todo o trabalho para mim, foi uma forma de me repreender. Depois disso ela queria que eu ligasse as trompas, eu me recusei. Quando ela soube que eu não ia ligar as trompas ela se revoltou, ficava dizendo que eu ia fazer da casa dela uma creche e que poderia nascer um monte de crianças (Empregada doméstica, 49 anos, 2016).

A tentativa de apoderar-se do corpo de outrem contra a sua vontade viola o direito e caracteriza-se como uma forma de desrespeito. Já o sentimento de estar sujeito à vontade de outrem, desprotegida, sem a autonomia do próprio corpo representa um desrespeito em termos de reconhecimento do respeito da integridade e ofende a confiança em si mesma e em suas

qualidades corporais e psíquicas. Nesses atos estão encadeadas as condições emotivas e consciência de poder sobre si mesma.

Ao ser perguntada sobre como é o relacionamento com a patroa, a resposta foi a seguinte: "na medida do possível é bom, claro que tem as suas dificuldades porque eu moro aqui, questão de morar é mais complicado, mas de uma forma geral não é muito ruim não" (Cuidadora, 30 anos, 2017).

Serão expostas outras respostas sobre a mesma pergunta: São ótimos, gosto muito deles. Se eu chegar tarde, ela chega e conversa comigo, são pessoas bastante educadas (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017).

### Como é o seu relacionamento com os seus patrões?

Muito bom. Eu não tenho do que reclamar deles, são pessoas ótimas. Trabalho há vinte e cinco anos com eles. As filhas também são pessoas bem legais comigo, eu não tenho o que dizer delas. Uma tem trinta e um anos e a outra vinte e oito. A mais velha tinha seis anos quando eu cheguei lá e a Aline, a mais nova, tinha três. Acho que do mesmo jeito que tem patrão ruim tem empregada ruim e eu tenho que trabalhar com amor (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017).

Com o esposo dela eu me sentia a neta dele, a filhinha dele. Foi a melhor fase da minha vida, eu aprendi muita coisa com ele. Em relação aos estudos ele me incentivou bastante a voltar a estudar, na casa dele tinha muitos livros e ele mandava eu ler. A convivência era ótima, muito boa. Com ele eu não me sentia empregada doméstica, jamais, em nenhum momento. Eu me sentia tanto a dona da casa que eu palpitava na decoração da casa, regulava a hora dele dormir. É como ele dizia "você chegou para mudar a minha rotina". Era uma maravilha. Eles eram separados e eu trabalhava nas duas casas antes dele morrer. Com a patroa às vezes dava vontade de morrer. Teve um momento que a minha vontade era de nunca mais voltar para casa dela, abandonar o emprego sem dar satisfação. Chegou ao ponto de ser tão insuportável que eu só ia porque eu tinha necessidade de trabalhar, porque eu precisava mesmo, mas eu já não trabalhava com amor. Para você ter uma ideia ela não me dava presente de Natal, aí quando chegava o Natal ela tirava uma roupa que ela já tinha usado o ano todo, colocava em um papel de presente e dizia "Esse é o seu presente" aí eu não tinha noção de como responder para ela, dava vontade de dizer "Não precisa a senhora me dar roupa usada ou não precisa a senhora me dar nada" (Empregada Doméstica, 30 anos, 2016).

A maioria muito bons, graças a Deus. Não são todos os patrões que tratam o nível de uma empregada como ser humano. Eles acham que empregada doméstica é só uma pessoa que está ali para lhe servir e acabou. Tem patrões bons que sabem dar valor à empregada doméstica. Eu trabalhei em uma casa em São Paulo que eu comia no quintal. Almoçava lá atrás com os cachorros. Eu era como um cachorro. Passei três meses só. Eu chorava muito porque eu sofria muita humilhação. Eu trabalhava para ter o que comer porque não é fácil morar em casa de família. Muitas vezes eu nem comia, eu botava para os cachorros. Eu jurei que ninguém ia me humilhar mais porque empregada não é lixo, nem é cachorro. Depois Deus me abençoou com patrões bons em Maceió e eu não aceitava mais que nenhum me tratasse dessa forma (Empregada Doméstica, 45 anos, 2017).

Na medida do possível é bom. Claro que tem as suas dificuldades porque eu moro aqui, questão de morar é mais complicado. Mas de uma forma geral não é muito ruim não. Tenho isso como uma tarefa, algo a cumprir. Eu estou aprendendo a fazer. É um aprendizado a cada dia. (Empregada Doméstica, 30 anos, 2017).

Há uma tendência em classificar os patrões em bons ou maus e, geralmente, o patrão é definido de modo mais positivo do que a patroa. Comumente quando mulheres trabalham na esfera pública delegam a outras mulheres, parentes ou não, os cuidados de casa. Tendo em vista que o trabalho doméstico é essencialmente feminino e carrega as representações de aspectos culturais da tradição ibérica católica, a ocupação carrega os traços da segregação presente a qual delimita o espaço da mulher na sociedade.

Ao falarem do próprio desempenho nas atividades destacaram trabalhar com amor. Como aspecto positivo, foram citados principalmente o dote culinário e o carinho existente entre os patrões e as entrevistadas. Além disso, demonstram com frequência que querem ser aceitas como normal, de valor humano igual.

Na posição de empregada doméstica o local de trabalho transcende a relação formal trabalhista, pois o ambiente doméstico é composto por carga afetiva própria do sentido de ser família, tendo vicissitudes na interação social. As estruturas mentais formulam, baseadas nas interações com o outro, o processo de auto percepção que é desenvolvido em consonância com o processo de socialização.

A análise dos dados coletados apresenta que a aproximação e os sentimentos afetivos, derivados do contato com a família dos patrões, não anulam a diferença social. A empregada doméstica por vezes é vista como a forasteira, enquanto os membros da família dos patrões são tidos como os nativos, ou a subalterna e os seus dirigentes, entre os membros do grupo e a agregada.

São várias as figurações representadas na divisão do convívio entre patrões e empregada, uma vez que o contato é caracterizado pela ambivalência da interação, entre a individualidade e o nivelamento da coletividade o qual ordena a subjetividade com base na lógica do grupo.

No caso aqui estudado, no contato entre patrões e as empregadas domésticas a pesquisa mostra que elas se dizem "normal" como qualquer outra trabalhadora, mas há quem admita que socialmente ocorre a distinção no tocante ao valor humano de superioridade e resignação de inferioridade.

Entende-se, pois, que a consciência individual está em consonância com a biografia do indivíduo, com os grupos nos quais o sujeito se intersecta e com os resultados do processo de aculturação derivado da interação entre os diferentes grupos que ele compõe. A relação entre as partes provavelmente não é harmônica. No interior do trabalho doméstico a relação assume a forma hierarquizada. Parte-se do pressuposto que as intersecções dos círculos interacionais têm efeito duplo, alicerça a integração social através do trabalho e pode provocar conflitos em razão da interação com o grupo oposto e antagônico. A lógica binária, cujas relações de trabalho envolvem aspectos de aproximação e conflito, demonstra a divisão de classe nas nuances da interação entre as partes dentro do espaço privado doméstico.

### **3.1. Atividade Doméstica e Contextos de Auto Reconhecimento**

Nove delas se reconhecem como empregadas domésticas que trabalhavam em casa de família, ou seja, se apresentam como trabalhadoras domésticas remuneradas. A exceção trata-se de uma senhora cuja ligação de parentesco com a patroa lhe significava uma "relação de irmandade", motivo pelo qual, a sua remuneração é inferior a um salário mínimo. Afirma ainda que trabalha na casa porque não consegue ficar parada, mas sente-se ofendida se alguém por acaso a chamar de empregada, pois ela não é compreendida assim pelos moradores da residência e é tida como segunda mãe dos filhos da "prima-patroa" que por ela foram criados.

A falta de reconhecimento com a categoria de empregada doméstica repercute na remuneração do trabalho, mas esta não parece ter grande relevância, pois a estima da contribuição coletiva conferida pela família, de acordo com o que verbaliza na entrevista, proporciona um *status* de membro importante da família e significa a expressão afetiva do amor, o qual lhe parece mais relevante do que o valor do reconhecimento de direito.

Por isso, o trabalho proporciona-lhe duas esferas do reconhecimento: o amor e a solidariedade, ainda que, neste caso, não haja o reconhecimento jurídico da atividade desempenhada. A satisfação demonstrada pela entrevistada, por ser parte integrante do espaço e do grupo, compensa para ela o valor baixo atribuído ao trabalho doméstico. A fala abaixo exhibe parte do sentimento de pertença à família.

Eu e minha prima somos como irmãs. Trabalho quase quarenta anos na casa é o tempo dos filhos dela, um já tem quarenta e quatro anos. Quando ela se casou eu saí da casa do pai dela e vim morar com ela. Eu me apeguei muito às crianças. Morei com ela em Manaus e quando a gente voltou eu não quis morar mais nem com o pai

dela nem com os meus pais. Estou com mais de sessenta anos, mas sempre teve alguém aqui para me ajudar (Empregada doméstica, 65 anos, 2017).

Parte da fala desta empregada negava a sua situação de trabalhadora doméstica e a afirmava ser como uma parente da família ou a representava como uma das proprietárias da casa. Também os amigos eram comuns entre a prima e ela, destacando que é tratada muito bem por eles.

Quando perguntada em qual local ela sente-se mais à vontade, se na casa dos patrões ou na residência de seus pais, respondeu-me: "aqui, que é a residência dos familiares." Reformulei a pergunta, questionando se a residência dos familiares era a casa dos pais, ela respondeu: "... Eu prefiro aqui, porque praticamente eu fui criada aqui. Para a casa dos meus pais, eu só vou de quinze em quinze dias, ou de mês em mês. Eu me sinto em casa aqui".

Nota-se a satisfação em ser aceita pelo grupo e a respeitabilidade existente na relação. Colocou-se como uma pessoa atenciosa e amável. Aparentemente, ela não está em uma casa de pessoas estranhas ou diferentes, ao contrário, esforça-se para ser comum ao grupo. Há um desejo de se assemelhar à família e de se colocar como igual a todos que moram ali. Ao falar da família para quem trabalha se refere ao "nós" como fosse parte do grupo por ser prima e em partes da entrevista nega a categoria de empregada doméstica. Este é o único caso de um discurso de pertencimento à família dos patrões.

Na verdade, não é bem uma empregada doméstica, né? Eu sempre morei com o pai da Eliete e cuidava do menino. Eu era, tipo assim, uma governanta. Eu comecei a fazer cursos de culinária e de costura. E minha família [os patrões] sempre me ajudando. Quando faltava pessoas eu assumia a casa, fazia a limpeza, cozinhava, tudo dentro de casa. Eles pagavam o meu INSS como autônoma, como costureira. Eu não recebia um salário, recebia bem menos. Era como uma mesada, mas não me faltava nada. Na verdade, eles não me consideravam como uma pessoa que trabalhava na casa. Eles me trataram como uma pessoa de casa, da família. Como eu não tinha renda nenhuma, eles me ajudavam. Eu não era obrigada a fazer tudo, eu fazia tudo porque eu queria. Agora que os meninos já casaram mora só eu e a Eliete, nós somos companheiras uma da outra. Eu não me reconheço como empregada doméstica porque eles não me tratam assim. Eles não querem jamais que alguém diga que eu sou (Empregada Doméstica, 65 anos, 2017).

Outra entrevistada que mostra maior aproximação ao vínculo com a patroa é o caso da cuidadora que acompanha permanentemente a deficiente visual. Mas há uma diferença entre as duas, a cuidadora é apresentada como amiga ou alguém que está acompanhando e não como funcionária, ainda assim em nenhum momento da entrevista ela nega que é uma empregada. Apresenta-se a seguir a resposta sobre sair junto com a patroa para locais públicos como, por exemplo, restaurantes e supermercado: "Normalmente ela me apresenta como

alguém que está acompanhando e não como funcionária. Quando eu vou para esses ambientes eu como a mesma coisa, não tem divisão. Tipo, não tem aquela coisa de eu ser funcionária e não me relacionar com os amigos" (Cuidadora, 30 anos, 2017).

Foi também perguntando se quando elas têm um parceiro costumam falar sobre o seu trabalho com o seu parceiro. Todas responderam que sim, que falam abertamente que são empregadas domésticas. "Eu falo a verdade, você tem que ser o que você é. Eu acho assim que não faz vergonha. Tem que gostar de mim assim do jeito que eu sou." (Empregada Doméstica, Rio Largo, 42 anos)

Também foi questionado sobre como se sentem ao dizerem que são empregadas domésticas. As respostas foram de auto reconhecimento positivo, mas há uma contradição das falas literais aos achados de um campo empírico e ao cruzamento com outras falas, como será mostrado mais à frente. Geralmente elas dizem que não sentem vergonha de serem reconhecidas como empregadas domésticas, mas conhecem amigas que sentem constrangimento em compor a categoria.

Das dez entrevistadas, seis trabalham com carteira assinada, duas não tem carteira assinada e pagam o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Para alcançar um auto reconhecimento positivo, de acordo com Honneth (2003) é relevante aos sujeitos a experiência da estima social e do reconhecimento jurídico.

As duas dimensões permitem referir-se de modo positivo as suas capacidades por serem formas de respeito moral, mas na modernidade, a estima social desvinculou-se da estima social, ou seja, ter a carteira assinada constitui uma obrigação normativa, direito universalmente válido, que compõe a estrutura do reconhecimento jurídico, mas não garante a estima social.

Do reconhecimento da pessoa enquanto tal se distingue então a estima por um ser humano, porque está em jogo nela não a aplicação empírica de normas gerais, intuitivamente sabida, mas sim a avaliação gradual de propriedades e capacidades concretas; daí ela pressupor sempre, como Darwall afirma em concordância com Ihering, um sistema referencial valorativo que informa sobre o valor de tais traços da personalidade. Numa escala de mais ou menos, de melhor ou pior (HONNETH, 2003, p. 186).

Nas entrevistadas foram questionadas sobre como se sentem ao dizerem que são empregadas domésticas. As respostas mais comuns foram a negação do sentimento de

vergonha da categoria. Isolando-se das respostas mais frequentes, a seguinte resposta chama a atenção:

Mulher, esse nome é meio assim... Eu não sei porque a gente tem uma cisma com esse nome empregada doméstica! Por que eu acho que já se criou um preconceito com empregada doméstica como uma subalterna, assim, não é muito bom de falar não. É chatinho falar. Eu não me incomodo não, mas tem gente que fala de um jeito “EMPREGADA DOMÉSTICA” que a gente se sente constrangida, assim, porque tem gente que tem certo preconceito com empregada doméstica (Empregada doméstica, 42 anos, 2017).

A pergunta não dizia respeito ao sentimento de constrangimento referente à ocupação, foi perguntado como se sente ao dizer que é empregada doméstica e a maioria das respostas, seis de dez entrevistadas, respondiam não sentir vergonha e assumiam-se com veemência que eram trabalhadoras normais.

É perceptível que as entrevistadas têm conhecimento quando há um preconceito no quadro de referência da categoria de trabalho, mas na auto categorização, que são comparativas sociais de meta-contraste referentes a um quadro de variações dependentes do contexto, o discurso demonstra que elas não sentem vergonha de serem empregadas domésticas. Podem ser subestimadas pelo estigma e por suas condições de limitação como doméstica de baixa escolaridade e pertencentes ao grupo de assalariadas, mas não dizem se consideram a si próprias, como diferentes.

A auto categorização, como definida por Turne (1994), é uma variável relativa a um quadro de referências construída através de um ajuste normativo entre si e os demais, os outros da relação intergrupala e intragrupal, mas depende também de estruturas internas, bem como da relação estabelecida entre o eu e o contexto no qual está inserido. Esses elementos são flexíveis e as categorias sociais atravessam constantes mudanças que variam de acordo com as relações.

Entre o eu e o coletivo configura-se uma auto definição mediante uma realidade reflexiva e as informações geradas pela interação podem modificar o modo como o eu interpreta o mundo em razão da representação social formulada. Toda realidade é construída por um preceptor definido pelo contexto social. Existem cognições escritas no eu e no coletivo que influenciam nas relações sociais. As identidades pessoal e coletiva são reciprocamente relativas.

Honneth (2003) mostra que culturalmente a reputação é definida em termos de honra social e prestígio. Na autocompreensão encontra-se critérios predeterminados os quais orientam a estima social a partir de realizações e capacidades julgadas intersubjetivamente. Trata-se de um reconhecimento recíproco ligado à pressuposição de um contexto no qual os membros constituem uma comunidade de valores. Assim, a estima social é consolidada pela eticidade predominante na coletividade e é variável historicamente.

Está concatenado a isso, a estratificação vertical de tarefas sociais e seu valor econômico. A ocupação de empregada doméstica carrega uma reputação social a qual lhe confere expectativas coletivas atadas ao *status* da ocupação, que obedece uma escala de um tipo de honra de classe a qualquer uma pertencente ao círculo.

Todas as interlocutoras foram questionadas sobre como elas acham que são vistas. A empregada natural de Rio Largo-AL disse: "Sempre tem um preconceito, sempre tem. Por mais que tenha essa lei [refere-se a lei regulamentadora do trabalho doméstico] existe o preconceito. Tem pessoas que não dá muito valor, mas eu encaro numa boa" (Empregada Doméstica, 42 anos de idade, 2017). Já outra empregada falou: "Depende de quem é. Eu fico constrangida só quando eu estou no meio de um monte de jovens que faz faculdade, aí eu tenho vergonha porque eu não estudo (Empregada Doméstica, 30 anos, 2016). E duas respostas destacam-se:

Como uma pessoa normal, eles não têm vergonha de mim. Como eu falei para você, eu sou uma pessoa de casa. Nem eu me acanho, ando igual a eles, me arrumo igual a eles, então eles não têm vergonha de mim também. Eu me sinto muito bem diante deles e eu sei que eles se sentem muito bem diante de mim também. Tanto que eles fazem questão de me levar onde vão (Empregada Doméstica, 62 anos, 2017).

Muitas vezes eu senti que tinha preconceito. Os meus patrões eram de um jeito, já os amigos tinham uma diferença. Tipo assim, a gente saía com eles aí eles diziam "Oxe, a sua babá na mesa com vocês, eu não coloco a minha de forma alguma." Era tipo assim, como eu sou babá eu deveria comer em outro canto porque eu não era da mesma classe deles. Mas, a minha patroa disse que eu tomava conta do filho dela, então, onde ela entra eu entro (Babá, 28 anos, 2017).

Dizem também que apesar de gostarem do que fazem, se tivessem oportunidade trabalhariam em outra função. "Empregada doméstica é uma profissão legal, lógico que eu queria ter outra. Eu queria ser psicóloga." (Empregada doméstica, 42 anos, 2017). A empregada doméstica de Olho D'água das Flores disse que o serviço doméstico é um emprego para quem não estudou, como ela que não gosta de estudar. Ela não terminou o Ensino Médio. A ocupação é tida como tarefa de quem não estudou e esse discurso é citado várias vezes por elas, estigmatizando o grupo como uma ocupação para indivíduos

desqualificados para outras funções no mercado de trabalho. Quando foi perguntado para elas o que é ser empregada doméstica, obtive as seguintes informações.

É um ser humano como qualquer outra, só muda a profissão

(Empregada doméstica, 45 anos, 2017).

Eu não sei. Eu não sei por que esse nome empregado doméstico, nem o que significa isso. Vendedora eu sei o que é porque vende, agora empregada doméstica eu não sei. Eu sei que é um trabalho para quem não tem formação, não estudou. Vai trabalhar nisso ou vai ser ambulante. Tem gente que trabalha em loja de roupa e se acha melhor do que quem é empregada doméstica, mas é empregado do mesmo jeito (Empregada doméstica, 44 anos, 2017).

É ajudar o outro nas tarefas que não consegue e também estar disponível para ajudar a pessoa fazer só também para que ela consiga aprender a fazer sozinha (Cuidadora, 30 anos, 2017).

É cuidar dos filhos dos outros

(Babá, 45 anos, 2017).

A resposta mais comum é que ser empregada doméstica é normal ou uma pessoa igual às outras. Trata-se da luta simbólica para ser reconhecimento de modo igualitário aos demais e de valor humano equivalente a qualquer outra pessoa. O modo como elas se enxergam tende a estar em consonância com a estima social, o modo como são reconhecidas perante a sociedade. São biograficamente diferentes, mas há um padrão nas interpretações culturais que lhes confere um reconhecimento de um grupo social. O que falam sobre quem são é justamente como querem ser vistas e entendidas, nem de menor valor nem de maior valor que os outros sujeitos.

Apesar do rótulo social, que é de conhecimento popular, de uma sociedade que pode tê-las como menos cultas por não lerem os mesmos livros estudados pelos intelectuais, quando elas têm oportunidade de se expressar se dizem de valor humano igual aos demais, são normais. Isso se confirma na pergunta seguinte. Foram dadas as seguintes respostas ao perguntar como se sentem ao dizerem que são empregadas domésticas.

Trabalhar não é vergonha. Eu me sinto normal, como todas as pessoas que estão trabalhando. É melhor trabalhar do que ficar em casa olhando para as paredes (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017).

Eu me sinto bem, eu me sinto feliz. Não tenho vergonha. Para mim eu acho um trabalho honesto. Cada um tem a sua maneira de trabalhar, tem o seu trabalho. Eu não estudei e por amor que eu tenho por eles eu deixei de trabalhar em outros

lugares que me chamaram para trabalhar fora (Empregada Doméstica, 65 anos, 2017).

A vinculação da pessoa ao grupo e ao lugar identitário constrói o auto-reconhecimento, posto que a experiência de viver em conjunto, de trabalhar no ambiente privado, de formar laços afetivos e todo o processo de assimilação com o outro grupo podem proporcionar sentimentos íntimos que estão ligados aos sentidos do senso coletivo. Mas, isso não é determinante. Há outras entrevistadas que estabelecem uma diferenciação clara sobre o lugar apropriado para a figura da empregada na casa e o lugar dos patrões, assim, traçam maior distanciamento no contato com a família para qual trabalham. "A gente tem que saber o lugar da gente. Eu tenho sempre que procurar o meu lugar. Eu estou ali trabalhando, então, se eles me chamam para ir para a mesa eu vou, se não eu também fico no meu canto olhando o menino" (Babá, 28 anos, 2017).

Carrieri (2015) mostra que ao se inserir em uma nova família a doméstica transpassa do seu lugar ao lugar do outro, o sentido do seu lugar passa a ser compreendido como os seus lugares, a pluralidade do lugar está além do aspecto físico e geográfico das mediações espaciais, o significado do território consiste na materialização das estruturas de poder e da manifestação concreta do trabalho e da divisão do trabalho.

Os relatos descritos mostraram desde os conflitos até os laços afetivos construídos no dia-dia do ambiente privado. Compreende-se que aproximação física nem sempre significa aproximação afetiva, do mesmo modo que compartilhar o mesmo território não é equivalente a compartilhar os mesmos interesses e sentimentos. Ou seja, há uma diferença entre estar em um território, pertencer ao território ou se identificar com ele. Além disso, estar em meio a um grupo não garante o sentido de pertencimento ao grupo.

### **3.2. Trajetórias Formativas: Migração e Fixação**

Este subcapítulo pesquisa o que leva mulheres oriundas do interior a migrarem para a cidade e se inserirem na função de empregada doméstica. Ao estudar a trajetória formativa estuda-se como os percursos diferentes em suas individualidades levaram a uma mesma decisão, a de migrar para a capital de Alagoas e trabalhar na função de empregada doméstica.

Quatro das entrevistadas trabalhavam na agricultura, quatro estudavam e duas estavam desempregadas. Foram perguntadas sobre o período de sua infância e adolescência, como eram as condições econômicas de suas famílias antes de migrarem para Maceió. "Bem precárias. O meu pai bebia muito. Ele trabalhava no campo e tinha uma venda, só que metade do dinheiro que ele recebia ele gastava com cachaça." (Empregada Doméstica, 42, anos, 2017).

Todas relataram a pobreza que viveram no interior de onde são oriundas. "Não era fácil, a minha mãe pagava aluguel. Era difícil mesmo, ganhava um salário mínimo com cinco filhos" (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017). "Éramos pessoas do interior e muito pobres, muito pobres mesmo" (Empregada Doméstica, União dos Palmares, 45 anos).

Dos casos analisados, nota-se que foram motivações singulares que levaram estas mulheres a migrarem. Conforme será mostrado nos trechos a seguir "A minha mãe ficou viúva aí a gente veio para cá." (Empregada doméstica, 42 anos, 2017). A empregada doméstica de Paulo Jacinto disse que primeiro a irmã veio morar na capital porque não aguentava o trabalho pesado da roça, depois ela veio quando a sua mãe lhe arrumou um emprego na capital.

Trabalhar na capital representa uma simbólica ascensão social para o grupo natural de cidadezinhas, as interlocutoras já não são mais trabalhadoras do campo e têm hábitos citadinos. Ser moradora da cidade grande significa que desfruta de sombra. "Eu tinha vontade de trabalhar em um trabalho que eu achava que era melhor do que o corte da cana. E lá não tinha. Eu achava que vindo para cá eu iria ter uma vida melhor. Aí eu encontrei uma prima minha que vinha para a cidade e eu vim com ela" (Empregada doméstica, 42 anos, 2017).

No que diz respeito à motivação ao trabalho elas se sentem satisfeitas por terem um emprego, principalmente para ajudar o marido nas despesas de casa e ter poder de compra para garantir um futuro melhor aos filhos. "Minha motivação é chegar aqui e ver que eles reconhecem o meu trabalho. É pegar o ônibus e ver que eu estou trabalhando porque eu passei muito tempo sem trabalhar. Aí Deus abriu as portas para mim, para cuidar da minha filha e não deixar faltar nada para ela." (Empregada doméstica, 42 anos, 2017).

A falta de oportunidade de emprego na cidade foi também citada. "Porque lá não tem trabalho, assim, só se trabalha na prefeitura. Aí as pessoas estão vindo tudo para Maceió ou para outros lugares. Lá é muito pequeno" (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017). O

motivo que se apresentou nas falas com mais frequência foi a necessidade de um emprego. "Necessidade, lá não tinha oportunidade de emprego. Já que eu tive em Maceió eu vim" (Empregada doméstica, 28 anos, 2017).

Uma interlocutora apresentou como principal motivo o atendimento do SUS (Sistema Único de Saúde). "Eu estava com um problema de saúde, pneumonia, aí o meu pai me trouxe para eu me tratar aqui na casa do meu tio. Eu fui ficando e não quis mais voltar" (Empregada Doméstica, 43 anos, 2017).

Conforme foi apresentado nas narrativas descritas no decorrer do trabalho, geralmente as trabalhadoras provenientes do campo deixam a família de origem e seguem em busca de melhorias na qualidade de vida, porém, chegam à cidade sem qualificação profissional. Visando um lugar e uma remuneração que as proporcionem condições de subsistência, elas se submetem ao trabalho braçal no emprego doméstico de acordo com as condições estabelecidas pelos patrões, em razão da falta de capacitação para o exercício de outra atividade, como as atividades intelectuais, com maior remuneração e menor desgaste físico.

A última pergunta do questionário foi sobre as motivações ao trabalho. Foram dadas as seguintes respostas: garantir um futuro melhor para o filho, ter poder de compra, ajudar o marido nas despesas da casa, a satisfação de fazer um bom trabalho e ser reconhecida como uma boa profissional, a necessidade de trabalhar, vencer na vida por meio da conquista dos objetivos e o aprendizado constante nas tarefas e nas relações com o patrão.

Ao perguntar sobre o motivo principal que as levaram ao ofício de empregada doméstica foi dita a seguinte resposta "Não tinha outra opção. Eu sabia ler, mas não tinha formação, nem curso nenhum. A facilidade de trabalho que tinha era assim de trabalhar em casa de família" (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017).

Geralmente, a necessidade de um trabalho força a mão-de-obra se inserir em um emprego que não exige estudo. "Eu botava currículo em outros lugares e as pessoas não me chamavam, acho que é porque eu estou ficando mais velha. Eu me arrependi de não ter estudado. Se eu tivesse estudado eu poderia ter um trabalho melhor" (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017).

A baixa escolaridade e a ausência de outra opção de trabalho aparecem com maior frequência nas narrativas. É comum a fala que tem como sentido a justificativa do serviço na atividade doméstica embasada na ausência de escolaridade.

### **3.3. Representações de Empregadas Domésticas na Vida Artificial do Facebook**

Por meio da análise de conteúdo buscamos compreender como ocorrem as publicações de informações das identidades pessoais nas “linhas do tempo” das empregadas que entrevistamos e se tais informações correspondem à identidade social da categoria conforme verbalizada nas entrevistas. Desta forma, pretendemos examinar se ocorre seletividade de informações e se as empregadas domésticas exibem outras características identitárias não verificáveis nas entrevistas. Grosso modo, buscamos para além das entrevistas compreender como se dá a construção do *self* das informantes, bem como sua respectiva publicitação.

Ao observar o perfil divulgado no universo virtual procuramos compreender o *self* construído na estrutura tecnológica digital, visando constatar se a identidade pessoal exposta corresponde à identidade social da categoria, para assim, revelar aspectos interconectados da autoconsciência. Investiga-se se a autopercepção da identidade social de empregada doméstica é exposta na página do facebook do grupo observado. Além disso, analisamos quais são os atributos do *self* das entrevistadas que são expostos na rede.

O trabalho se propõe a identificar os aspectos sócios-culturais referentes ao sistema de disposição do eu incorporado, a aparência do *self* exibida por meio das pretensões de representação da imagem, a internalização do papel social, imperativos condicionais das ideologias preconceituosas que refletem na construção do *self*.

Parte-se do pressuposto que sendo a categoria de empregada doméstica dotada de baixo prestígio social pode ocorrer a ocultação de informações vinculadas à atividade ocupacional exercida em razão do estigma que lhe é próprio. Além disso, caso a usuária do site de relacionamento tenha baixa escolaridade possivelmente também ocultará essa informação.

Self consiste em um conceito primeiramente desenvolvido por Mead, cujo sentido alude que é no contato da experiência social que se desenvolve a imagem de cada sujeito

sobre si mesmo, por meio da reação que o eu assume frente à sociedade. Durante a interação face a face é construída a consciência do sujeito sobre sua própria personalidade devido à inter-influência entre a consciência do outro e a consciência do eu.

Goffman (2004) estudou o interacionismo simbólico, corrente de pensamento cuja teoria investiga o sentido da ação durante o processo de interação. Segundo o autor, o self é a representação social do eu. Sua teoria investiga a atuação comportamental dos atores no cotidiano e realiza uma comparação analítica entre as relações humanas e o protagonismo de uma peça teatral. O foco de sua análise é o processo de elaboração da perspectiva que cada um desenvolve sobre si mesmo a partir do processo de interação social, em virtude de que o contato social corrobora para a construção do eu que é representado através dos papéis sociais.

Turner (1994) compreende o self da teoria da auto-categorização a partir da análise da relação entre o self e o coletivo. Segundo o autor, cada sujeito é dotado de atributos que caracterizam o self, se refere o modo como cada um se define, através de comparações tanto de contraste intergrupais (entre os membros de grupos diferentes), quanto de intragrupal (entre os membros do grupo). Tais atributos são corporificados de modo a transmitir informações a respeito das propriedades do sujeito, mas isso varia de acordo com o contexto social, porque o eu é também dotado de vários atributos derivados da interação com o meio.

Apesar de um indivíduo pertencer a uma categoria ele é dotado de um conjunto de características combinadas de modo singular cuja essência do seu ser é diferente de todos os outros seres, isto é, mesmo sendo um sujeito similar aos sujeitos de sua categoria ele possui uma identidade pessoal construída por sua trajetória de vida específica. A partir de sua biografia terá marcas singulares, terá também atributos biológicos que o distingue dos demais, documentos de identificação que autenticam o seu ser social e essas especificidades compõem a identidade pessoal.

Segundo essa teoria cada sujeito tende a se agrupar e se categorizar a uma classe que compartilha semelhanças. Na coletividade se desenvolve a identidade social formada por identidades pessoais similares. O self é constituído das duas identidades, pessoal e social, em consonância com o contexto no qual o sujeito está inserido.

A identidade pessoal refere-se a auto-categorias que define o indivíduo como uma pessoa única em termos de suas diferenças individuais de outras pessoas. A identidade social refere-se a categorizações sociais de si e de outros, auto-

categorias que definem o indivíduo em termos de suas semelhanças compartilhadas com membros de certas categorias sociais em contraste com outras categorias sociais. A identidade social refere-se a nós enquanto categoria social (TURNER, 1994, p. 3).

Ou seja, a identidade social se refere à regularidade de comportamento padrão da categoria, o “nós”, cujo modelo é construído em oposição a categoria grupal diferente, que consiste nos outros que estão fora do grupo. Assim, o self é definido como equivalente à coletividade social, aspectos singulares da identidade pessoal e variações do contexto local. Está socialmente incorporado no sujeito a multiplicidade de “eus”, logo, o sujeito pode agir e pensar de modo similar a sua identidade social ou pode agir ou pensar de modo a representar a sua pessoa individual. O eu se altera em diferentes contexto em razão de mediar o processo de transformação constante da identidade. As nuances da identidade tornam complexo o processo de relacionar os atos com a definição do self.

O facebook é uma mídia social com potencial de captar a vida e a identidade do seu público. As informações dos seus usuários, no geral, são transparentes na rede, exceto quando se configure o acesso a sua privacidade. Na rede os usuários compartilham experiências, notícias e vídeos de caráter diverso.

Como já foi exposto, as pessoas agem de modo distintos em diferentes contextos, por meio dos dados pessoais e sociais pode-se compreender o perfil da pessoa no ciberespaço. Através da análise do comportamento virtual é possível encontrar o self, ou a personalização construída, que pode ser semelhante à identidade real ou pode ser uma imagem distorcida do eu real.

“Você tem uma identidade”, disse Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, ao jornalista David Kirkpatrick em seu livro *O efeito Facebook*. “Os tempos em que tínhamos uma imagem diferente para os nossos amigos ou colegas de trabalho e outra para as pessoas que conhecemos provavelmente chegarão ao fim muito em breve... ter duas identidades é um exemplo de falta de integridade” (PARISER, 2012).

Pariser (2012) não concorda com a fala de Zuckerberg. O autor defende que deve-se considerar as circunstâncias das ações e não somente o ato como reflexo da personalidade. Afinal, nós tendemos a moldar a características de nos moldar a realidade. Pariser chama essa qualidade de se alterar de plasticidade da identidade. Na rede temos a grande vantagem de experimentar variadas modalidades de nossa identidade por causa da capacidade volátil de alternar o curso das ideias e ser conduzido por um novo percurso. Contudo, a grande novidade apresentada por Pariser foi perceber que há um ciclo entre a identidade que personaliza a

mídia e a mídia que personaliza a identidade e ambas se regulam concomitantemente. Isso porque, ocorre um processo recursivo de modo que da mesma maneira que construímos o perfil nas redes sociais os nossos estímulos direcionam as nossas ações por meio da bolha de filtro. “Na bolha dos filtros, a esfera pública – o âmbito no qual os problemas comuns são identificados e trabalhados – simplesmente perde relevância” (PARISER, 2012). A bolha seleciona o fluxo do conteúdo exibido pelo sistema que, por sua vez, é autorreforçado.

Na vida cibernética pode-se criar um mundo diferente da realidade vivenciada no mundo concreto, uma vez que a internet permite a autonomia de gerir o mundo virtual. No caso das vidas sociais “opressoras e miseráveis” o escapismo surge como uma opção de se viver em um mundo ilusório e fictício. Proporcionar a realização de fantasias de ser alguém com características diferentes dos defeitos reais é um dos benefícios do ciberespaço.

É comum visualizarmos perfis fantasiosos nas redes que expõem comportamentos padrões de alto prestígio como se tais compusessem a rotina do usuário. Do mesmo modo, comportamentos de menor prestígio são realizados sem a divulgação na rede.

Neste segundo momento do trabalho de campo observou-se que em algumas postagens realizadas pelas empregadas domésticas havia a tendência de elevar a estima social por meio de imagens de roupas e visitas a lugares típicos de outros grupos como, por exemplo, a frequência de publicação de fotos em festas em lugares frequentados geralmente pelo grupo mais favorecido economicamente. Igualmente, nota-se a exacerbação do uso de roupas e adereços que não representavam no imaginário coletivo as características da categoria. Nesse sentido, um dos perfis nos chamou a atenção pela ausência de imagens que elucidassem o pertencimento ao bairro popular da informante. Ao contrário, as principais fotos mostravam a parte turística e mais valorizada da cidade (área nobre) e passeios em lugares com paisagens naturais do Estado de Alagoas. Ou seja, o seu cotidiano de trabalho e o seu dia-dia relacionado à ocupação de doméstica não eram expostos, enquanto as atividades que representavam maior prestígio social, embora fossem possivelmente menos frequentes, eram salientadas.

Outro perfil nos pareceu interessante pelo visual das fotos em estilo sofisticado desde as vestes, a maquiagem e o ambiente de fundo sempre a exibir aspectos materiais típicos de classe média. Nesse perfil consta como antiga atividade a empresa voleibol, trata-se da prática do esporte, mas em nada demonstra a atividade de empregada doméstica neste local.

No terceiro perfil analisado a atividade que é apresentada é a atuação na Igreja como missionária da Mãe Rainha. As fotos mostram principalmente os bolos por ela confeitados. O dote culinário é apresentado na maioria dos perfis.

A situação de pobreza somente aparece no quarto perfil observado. As fotos do interior da casa e o estilo de vida demonstram o estereótipo da classe social a qual pertence. Trata-se de uma senhora negra, forte e aparentemente simpática. Entre as publicações é regular a exibição de fotos em família, postagens religiosas e conteúdo de entretenimento que revelam suas características socioculturais. No geral, nenhum dos perfis examinados apresentou a ocupação ou a escolaridade da empregada doméstica de forma pontual. Também não haviam curtido nenhuma página que nos remetesse a uma associação dos perfis à condição de empregada doméstica.

Visto que as trabalhadoras domésticas se localizam em situação de desvantagem na hierarquia de *status* em razão de serem majoritariamente pertencentes às categorias estigmatizadas, como mostrado nos dados do IBGE, verificou-se o possível sentimento de constrangimento em anunciar a ocupação exercida. Paradoxalmente, apenas uma entrevistada disse sentir constrangimento em falar sobre qual era sua ocupação profissional. Ou seja, das dez interlocutoras apenas uma “assumiu” durante a entrevista que sente vergonha de dizer a sua ocupação. No geral, dizem que conhecem alguém, uma amiga, que sente constrangimento em falar a ocupação, mas dizem que por ser uma ocupação “normal”, como qualquer outra, não sentem vergonha em assumir que são empregadas domésticas. Mas, por que nenhuma expõe no facebook a sua ocupação?

Os meios de comunicação de massa, por meio de produções midiáticas, como novelas, filmes etc., produzem valores que reforçam as construções sociais desiguais do Brasil. Assim, o estereótipo negativo da empregada doméstica produzido pela mídia reforça a subalternidade e discriminação da mulher trabalhadora doméstica e a desvalorização do emprego doméstico em relação às demais ocupações profissionais (INÁCIO; COSTA, 2017, p. 12).

O grupo sente constrangimento em falar sobre o constrangimento, ou seja, no discurso elas defendem a posição de pertencimento ao grupo como, por exemplo, foi demonstrado em uma das falas que prescrevi “É uma profissão como qualquer outra.”. Em contrapartida, no mundo virtual a ocupação é ocultada.

A sociedade constrói uma ideologia que “justifica” a inferioridade do indivíduo dotado de estigma. Com isso, trata o estigmatizado de maneira a retribuir negativamente pelo

que ele fez. Além do mais, cria-se uma série de representações associadas ao estereótipo que pode ser baseado na idade, gênero, ou categoria profissional do sujeito. Mesmo que não seja explícita a rejeição do estigmatizado ou mesmo que o discurso seja de anuência, de fato os membros dos grupos estigmatizados no geral não são tratados como iguais.

Entende-se que o mundo virtual é o lugar que lhe é permitido ser quem se quer ser. Neste ambiente ninguém precisa ser autêntico com relação a sua identidade pessoal ou social. Para entrar na rede não é exigido fazer parte de um grupo específico, ao contrário, o mundo virtual é aberto para quase todos que desejem navegar.

Em uma sociedade com elevado índice de desigualdade social, como a de Alagoas, o constrangimento no pertencimento a um determinado grupo estigmatizado pode ser justificado pela situação de opressão e discriminação enfrentada no mundo real. Já no espaço virtual mesmo os menos afortunados, com baixo capital econômico e social, podem ser vistos com prestígio a partir da exibição de características positivas.

Na internet os sujeitos que comumente não têm voz em outras esferas públicas podem se expressar “livremente”. Outros que não estão enquadrados no padrão de beleza dispõem de ferramentas de ajustes da imagem para melhorar a aparência. Tudo isso porque entre as grandes vantagens do mundo virtual está o fato de ser passível de fantasia, um mundo aberto à criatividade e “tolerante” à seletividade de informações.

## CONCLUSÃO

O serviço doméstico remunerado é uma zona de interseção de classe, raça e gênero. É marcado por um contingente de mulheres negras e esse aspecto também tem raiz histórica. No Brasil escravocrata as mucamas cuidavam das crianças brancas, eram amas de leite, e de suas sinhás-moças. No Brasil capitalista existe uma nova forma de exploração sob a forma de salário. Muitas mulheres negras prestam serviço ainda no ambiente doméstico, serviço que lhes garantem a subsistência ainda em um cenário de discriminação que contribui para a desvalorização do trabalho doméstico em razão do preconceito cujo sentido denota a superioridade do branco em detrimento do negro. No século XIX até mesmo teorias científicas difundiam a ideia de inferioridade da raça e cultura afro-brasileira. O preconceito racial colabora para a continuação da desigualdade social no País uma vez que estimula a prática racista e como consequência a desigualdade de oportunidade da mulher negra e parda. Entende-se que há uma transmissão de representação social degradante na ocupação em virtude do elo de continuidade da sociedade colonial patriarcal à sociedade contemporânea capitalista.

Embora as trabalhadoras domésticas tenham conquistado o reconhecimento de pessoa de direito como todas as demais categorias profissionais, cuja Ementa Constitucional de número 72 pune com multa os patrões que não assinarem a carteira de trabalho da empregada doméstica, a herança colonial patriarcal ainda atribui estigma.

O trabalho doméstico carrega a tradição da exploração do período escravocrata e hoje é um trabalho de baixa remuneração. Ocorre, então, entre a patroa e a empregada uma relação de poder e uma hierarquia fixada pela diferença de cor e de classes sociais (nos casos das nossas pesquisadas que prestam serviços à classe média alagoana).

“A plena liberdade de cada um só pode se dar em uma total igualdade com a liberdade do outro.” (SIMMEL, 2006, p. 94). Segundo o autor os indivíduos têm interesse visceral de impor a própria vontade em detrimento da liberdade individual. Em outra obra (1987), descreve como a vida individual é formada dentro de uma sociedade, destaca que a peculiaridade da sociedade contemporânea consiste na ambivalência existente no ser social que é também um ser individual. Sendo assim, a liberdade individual é influenciada pela vida social que a condiciona. A dominação exerce coerção sobre a forma de agir, pensar e falar, em razão disso as condutas dos indivíduos são condicionadas, os instintos controlados e os

interesses são influenciados pelas formas de socialização do grupo.

A questão de gênero é relevante uma vez que, apesar do crescimento da mulher no mercado de trabalho a desvalorização do trabalho feminino continua a existir porque aumentou o quantitativo do trabalho feminino, mas a qualidade do trabalho não portou-se da mesma forma. Há aspectos de subordinação no contexto sociocultural do emprego doméstico por ser uma tarefa feminina e não-produtiva.

Mesmo às mulheres que também trabalham fora do espaço doméstico de suas casas lhes são atribuídas socialmente as tarefas domésticas e estas podem ser redirecionadas a outras mulheres, às domésticas remuneradas.

Além disso, a ocupação é marcada pela baixa escolaridade, composta por mulheres desqualificadas para o exigente mercado de trabalho. O trabalho doméstico é uma forma de inserção no mercado de trabalho para mulheres sem escolaridade e em situação de vulnerabilidade econômica. Esse emprego é pouco atraente para as jovens com capital escolar e que podem disputar espaços mais valorizados no mercado. No geral, a ocupação de doméstica não é uma escolha desejada, mas a opção disponível para mulheres de baixa renda, pretas ou pardas e sem escolaridade. Trata-se de uma ocupação desvalorizada socialmente, por isso, no geral estão ocupando esse espaço no mercado de trabalho mulheres com menor capital escolar e social, logo, são aquelas que têm menos oportunidades ocupacionais. O serviço doméstico atrai a reserva de desempregadas de classe pauperizada que encontram nesse serviço um meio de subsistência (PICANÇO, 2014).

O conjunto desses fatores causa a desvalorização do trabalho doméstico. Comumente imagina-se que é um serviço para quem não estudou, como constam nas narrativas. Criam-se noções preconceituosas sobre a trabalhadora doméstica e uma imagem estereotipada de mulher subalterna e de baixa capacidade cognitiva.

Nas últimas décadas houve expansão educacional principalmente entre os jovens e esse fato afeta o trabalho doméstico uma vez que as jovens com Ensino Médio Completo tendem a procurar outra forma de emprego, ajudando a gerar uma redução no percentual de jovens trabalhando no serviço doméstico. Entretanto, precisamos de mais estudos a respeito do fenômeno para pontuarmos as reais variáveis para esta suposta diminuição, percebendo novos componentes históricos a exemplo do aumento de diaristas não regulamentadas no mercado, novas formas culturais de apropriação do espaço privado, novas necessidades

culturais que sugerem privacidade às famílias, novos formatos familiares com indivíduos que moram sozinhos, etc.

Ao longo do tempo houve mudanças no perfil do grupo. As entrevistadas que são mais velhas realizaram o fluxo migratório do interior para a capital alagoana quando eram jovens. De acordo com a PNADC (2013), de 1993 até 2011 reduziu o número de filhas de trabalhadoras domésticas que estão na condição de empregadas domésticas, de 29,9 para 12,1%, e houve redução no percentual de empregadas que moram na mesma residência que trabalham, de 14% para 2,8%. Referente ao mesmo período aumentou registro do número de empregadas que são chefes de família, de 14,6 para 35,2%.

Em 1993, 70% das empregadas começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, em 2011 esse percentual caiu para 51,2%. O compromisso com o trabalho, em geral em jornadas que eram ainda mais exaustivas que nos últimos anos, é um desestímulo para o investimento educacional, por isso, quanto menor o nível de escolaridade, mais cedo foi o ingresso no mercado de trabalho (PICANÇO, 2014, p. 141).

Outro dado relevante é a diminuição no número de empregadas domésticas em consonância com o aumento de diaristas. Esse fato pode ser justificado pela regulamentação do trabalho doméstico, tem aumentado o percentual de empregadas legalizadas que implica em aumento do valor para contratação e repercute no contingente de empregadas contratadas.

Compreende-se que o emprego doméstico no Brasil é uma oferta de trabalho para mulheres em situações de vulnerabilidade econômica, social e cultural. A demanda por um serviço braçal historicamente exercido por mulheres atrai migrantes com baixa escolaridade para a capital, onde encontram melhores condições de vida em um trabalho com a carteira de trabalho assinada. A partir desta pesquisa, viu-se que a necessidade de um trabalho é a justificativa mais apontada para a migração. Elas apresentam um histórico de pobreza familiar que também as conduzia à procura de melhoria de vida na capital do Estado de Alagoas.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana G. **As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Universidade de Santa Cruz do Sul, vol. 14, n. 1. Rio Grande do Sul, 2011. pp. 127-143.
- ANDRADE, Dárcio Guimarães de. **Empregado doméstico**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte, v. 27, n. 57, p. 69-75, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27155>
- ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: Onde nasce a desigualdade?**. Consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016.
- BRAGA, Fernando Gomes. **Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000)**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n° 132, p. 537-572, set/dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>. Acesso em 02/0/2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRIERI, Alexandre; SARAIVA, Luiz; TEXEIRA, Juliana. **Os lugares das empregadas domésticas**. O&S, v. 22, n° 72, p. 161-178. Salvador, 2015.
- CARVALHO, Cícero Péricles. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Edufal. Alagoas, 2008.
- CARVALHO, Marcus. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Revista Afro-Ásia, Editora da UFBA, n° 29/30. Salvador, 2003.
- COELHO, Everton. **Uma abordagem microrregional para a atração migratória em alagoas, de 2000 a 2010**. Dissertação. UFAL, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada. Alagoas, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1378/1/Uma%20abordagem%20microrregional%20para%20a%20atra%20c3%a7%20c3%a3o%20migrat%20c3%b3ria%20em%20Alagoas%20c%20de%202000%20a%202010.pdf>
- Constituição Federal de 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heli Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. Editora Atlas: São Paulo, 2013.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural**. Estudos e Pesquisas. São Paulo, 2014.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Ressentimento de Classe**. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Agosto, 2015.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução. Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. - 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm). Acesso em: 23 de fevereiro, de 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **De Empregada a Diarista: As novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Dissertação. Rio de Janeiro/2010.

FREIDSON, Eliot. **Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais**. Caxambu-MG. (19º Encontro Anual da Anpocs), 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30º ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 413-462.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Zahar, 4ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

HONNERT, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo 2000**. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Censo 2010**. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Sistema nacional de informações de gênero. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **PNADC**. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. **PNADC, 4º trimestre de 2014**. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 2003\_2015. Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 1º trimestre de 2016**. IBGE. Rio de Janeiro, 2016.

INÁCIO, Sueley; COSTA, Carmem. **Uma reflexão sobre o emprego doméstico no Brasil: Relações desiguais no mundo do trabalho a partir do gênero**. Revista eletrônica da graduação/pós-graduação em educação. Vol. 13, n. 2. Goiás, 2017.

IPEA, Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Perfil Municipal de Paulo Jacinto. Brasília, 2014.

LARSON, Magali. **The Rise of Professionalism. A sociological analysis**. London: University of California Press. 1977.

MANESCHY, Maria C. **O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho**. Gênero da Amazônia, n 3. Belém, 2013.

MANZINI, Eduardo J. **Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru, 2004.

MENEZES, M. L. P. **Tendências atuais das migrações Internas no Brasil**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. 69, nº 45. Barcelona, 2000.

NAZARETH, J.; NETO, M. I. D. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf)> Acessado em 05 de setembro de 2016.

OIT. **Igualdade de gênero e de raça no trabalho: avanços e desafios**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília, 2010. [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade\\_genero\\_262.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf)

QUE HORAS Ela Volta?. Direção: Anna Muylaert. Globo Filmes. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. **Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia**. TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.18, p. 326-353, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Júlia. **A construção histórica e cultural do gênero feminino e a valorização do trabalho da mulher**. *17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero* (2012): n. pág. Web. 3 Out. 2017

SILVA, Geise Q. **Jornada no plural, gênero no feminino: Considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2013.

SIMMEL, Georg. **El cruce de los círculos sociales**. Em: *Estudios sobre las formas de socialización*: Alianza Editorial. Madri, 1987. p. 425-478.

SECRETARIA de ESTADO do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Resenha Estatística do Estado de Alagoas 2012-2015**. N. 17. Maceió, 2017. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/79fa1657-a13f-41a2-9087-95d1fc8ca12b/resource/d2c97b5a-fe1b-4f74-b63b-1a267c37e47f/download/indicadoresbasicos.pdf>

SECRETARIA de ESTADO do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Perfil Municipal de Rio Largo**. N. 17. Maceió, 2015.

SISTEMA de PESQUISA de Emprego e Desemprego. **Trabalho doméstico remunerado**. Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015empregoDomSINTMET.pdf>

SOARES DO BEM, A. **Telenovela e empregada doméstica: da catarse ao distanciamento**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, USP. São Paulo, 1988.

SOBOTTKA, Giovani. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, v. 8. Porto Alegre, 2008.

TURNER, J. C., Oakes, P. J., Haslam, S. A., & McGarty, C. **Self and collective: Cognition and social context**. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20(5), 1994. (Artigo em Inglês).

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. *Temáticas*, 22, (44). Campinas, 2014.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Pesquisa de Mestrado: “Empregadas domésticas imigrantes: motivações para o exercício da atividade na capital alagoana”. Entrevistadora/Pesquisadora: Cícera Lílian Alves Lopes

#### I. Identificação:

Nome / Sexo / Escolaridade / Data / Local da entrevista.

#### II. Trajetória formativa: Migração e Fixação

- 1- Qual a atividade que você realizava em sua cidade de origem?
- 2- Como ocorreu a sua decisão pela migração para Maceió?
- 3 - Por que você começou a trabalhar como empregada doméstica?
- 4- Durante o período da sua infância e adolescência, como eram as condições econômicas de sua família?
- 5 - Em qual bairro você mora?
- 6 - Com quem você mora?
- 7 - Em qual bairro você trabalha?
- 8 - Qual é a sua escolaridade?
- 9 - Como é a sua rotina de trabalho?
- 10- Você trabalha com carteira assinada?
- 11 - Qual é o valor do seu salário?
- 12- O que você acha do valor do salário?

#### III. Contextos de Auto-Reconhecimento

- 13 - Como é o seu relacionamento com os seus patrões?
- 14 - Ao sair junto com os seus patrões para locais públicos como, por exemplo, restaurantes e supermercado, como se sente?
- 15 – Como é na hora das refeições?
- 16 - Nos dias em que os seus patrões recebem visitas, onde você almoça?
- 17 - Quem são os seus amigos?
- 18 - Caso você tenha um relacionamento amoroso, você costuma falar sobre o seu trabalho com o seu parceiro?
- 19 - Como se sente ao dizer que é empregada doméstica?
- 20 - Como você acha que as pessoas te enxergam?
- 21 - Qual é a vantagem de ser empregada doméstica?
- 22 - Qual é a desvantagem de ser empregada doméstica?
- 23 - Em qual local você se sente mais à vontade, na casa dos patrões ou na residência de seus familiares?
- 24 - Para você o que é ser empregada doméstica?
- 25 - Qual é a sua maior motivação ao trabalho?

(Agradecimentos e autorização de utilização para fins acadêmicos)